

*ANEXO AO CADERNO DE TEXTOS*

*61º CONAD*

*do*

*ANDES-Sindicato Nacional*

**TEMA CENTRAL: Defesa dos direitos sociais, da educação e serviços públicos**

*Boa Vista (RR), 30 de junho a 3 de julho de 2016*

**SINDICATO  
ANDES  
NACIONAL**

**Sindicato Nacional dos Docentes  
das Instituições de Ensino Superior**

SCS – Setor Comercial Sul, Q. 2, Bloco C, Ed. Cedro II, 5º andar

Brasília - DF

Fone: (61) 3962-8400

Fax: (61) 3224-9716

**Gestão 2014/2016**

**Presidente:** Paulo Marcos Borges Rizzo

**Secretária-Geral:** Cláudia March Frota de Souza

**1º Tesoureiro:** Amauri Fragoso de Medeiros

**Diretora responsável por Imprensa e Divulgação:** Marinalva Silva Oliveira

home page: <http://www.andes.org.br>

E-mail: [secretaria@andes.org.br](mailto:secretaria@andes.org.br)

## SUMÁRIO

<b>TEMA II – AVALIAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DOS PLANOS DE LUTAS: EDUCAÇÃO, DIREITOS E ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES</b>	
<b>Texto 27</b> – Contra a MP 727/2016 – Programa de Parcerias de Investimento – PPI – a efetivação da privatária de FHC, Lula, Dilma e Temer - <i>Contribuição das(os) professoras(es): Antônio Rosevaldo F. da Silva (ADUFS-BA), Antônio L. Philomena (APROFURG), Carlos Domingos da Silva (ADUR-RJ), Cláudio Carvalho (ADUSB), Daniele Cristina de Souza (ADUFTM), Henrique A. F. Mendonça (ADUFPEL), Jean Cleverson Simões Mutti Afonso Rêgo (ADUNEB), Lídia Nunes Cunha (ADUSB), Lilian Gregory (ADUSP), José Domingues de Godói Filho (ADUFMAT), Maurice Barcellos da Costa (ADUFES), Patrícia Araújo de Abreu Cara (ADUSB), Paulo Donizeti Siepierski (ADUFERPE), Sandra F. Buenafuente (SESDUF-RR).</i>	06
<b>Texto 28</b> - Direitos docentes e aposentadoria nas IEES baianas - <i>Contribuição da professora Maria Inês Corrêa Marques – Sindicalizada da ADUNEB</i>	10
<b>Texto 29</b> - Por uma greve geral pela base contra o ajuste - <i>Contribuição da Assembleia da ADUR-RJ, realizada em 07/06/2016</i>	
<b>Texto 30</b> - Combater as fobias à comunidade LGBTTI é defender a classe trabalhadora - <i>Contribuição da Assembleia da ADUR-RJ, realizada em 15/06/2016.</i>	15
<b>Texto 31</b> - A crise educacional e a defesa da educação pública de qualidade para todos! - <i>Contribuição dos(as) professores(as) Nelson Aleixo da Silva Junior (ADUEPB), Zaira Valeska Dantas da Fonseca (SINDUEPA), Joselene Ferreira Mota (ADUFPA); Ediane Lopes de Santana (ADUNEB); Jorge Almeida (APUB); Mauricio Brito (APUB), Francisco Eduardo Torres Cancela (ADUNEB); Caroline de Araújo Lima (ADUNEB)</i>	17
<b>Texto 32</b> - Autonomia e independência de classe e a resistível ascensão fascista da “direita radical” - <i>Contribuição dos professores Alcides Pontes Remijo, Lucinéia Scremin Martins e José Rodolfo Pacheco Thiesen – sindicalizados da ADUFG SSind</i>	21
<b>TEMA IV - QUESTÕES ORGANIZATIVAS E FINANCEIRAS</b>	
<b>Texto 33</b> – Nova composição da Comissão da Verdade do ANDES-SN - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	26
<b>Texto 34</b> – Repasses das seções sindicais - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	28

Os Textos Resolução (TR) receberam a mesma numeração que os Textos Apoio (TA) correspondentes. No caso de Texto Apoio sem Resolução, seu número foi preservado para que, porventura, seja utilizado como proposta de Resolução apresentada durante o evento.

## SUMÁRIO DOS TR

<b>TEMA II – AVALIAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DOS PLANOS DE LUTAS: EDUCAÇÃO, DIREITOS E ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES</b>	
<b>TR 27</b> – Contra a MP 727/2016 – Programa de Parcerias de Investimento – PPI – a efetivação da privatária de FHC, Lula, Dilma e Temer	09
<b>TR 28</b> - Direitos docentes e aposentadoria nas IEES baianas	12
<b>TR 29</b> - Por uma greve geral pela base contra o ajuste	14
<b>TR 30</b> - Combater as fobias à comunidade LGBTTI é defender a classe trabalhadora -	16
<b>TR 31</b> - A crise educacional e a defesa da educação pública de qualidade para todos! -	20
<b>TR 32</b> - Autonomia e independência de classe e a resistível ascensão fascista da “direita radical”	24
<b>TEMA IV - QUESTÕES ORGANIZATIVAS E FINANCEIRAS</b>	
<b>TR 33</b> – Nova composição da Comissão da Verdade do ANDES-SN	27

## **Tema II - Avaliação e atualização do plano de lutas: educação, direitos e organização dos trabalhadores**

## TEXTO 27

*Contribuição das(os) professoras(es): Antônio Rosevaldo F. da Silva (ADUFS-BA), Antônio L. Philomena (APROFURG), Carlos Domingos da Silva (ADUR-RJ), Cláudio Carvalho (ADUSB), Daniele Cristina de Souza (ADUFTM), Henrique A. F. Mendonça (ADUFPEL), Jean Cleverson Simões Mutti Afonso Rêgo (ADUNEB), Lídia Nunes Cunha (ADUSB), Lilian Gregory (ADUSP), José Domingues de Godói Filho (ADUFMAT), Maurice Barcellos da Costa (ADUFES), Patrícia Araújo de Abreu Cara (ADUSB), Paulo Donizeti Siepierski (ADUFERPE), Sandra F. Buenafuente (SESDUF-RR).*

### **CONTRA A MP 727/2016 – PROGRAMA DE PARCERIAS DE INVESTIMENTO – PPI – A EFETIVAÇÃO DA PRIVATARIA DE FHC, LULA, DILMA E TEMER**

#### **TEXTO DE APOIO**

O que estamos vivenciando hoje não é apenas uma situação de falsa polarização no cenário político nacional, mas é a própria barbárie inerente à crise estrutural global do capital. A ofensiva obscurantista que vemos expressada, em continuidade, pelas medidas nomeadas de Modernização, Ajuste Fiscal, Agenda Brasil, de Austeridade, não passam de sofismas para efetivação da condição do “Estado Mínimo” como Capitão do Mato do Capital.

Na sombra da dramaticidade do momento político e do balão de ensaio da Medida Provisória (MP) nº 726/2016, que causou um *frisson* generalizado, surge meio despercebida a MP nº 727/2016, publicada no mesmo dia (12 de maio) em edição extraordinária do Diário Oficial da União, dando forma ao agora chamado Programa de Parcerias de Investimentos – PPI.

Como podemos ver, “*os empreendimentos do PPI serão tratados como **prioridade nacional por todos os agentes públicos de execução ou de controle, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios***”. Ou seja, as obras de infraestrutura representarão, em todos os níveis federativos, o caminho prioritário para a acumulação e lucro, tanto para os investidores e especuladores nacionais e internacionais. Sob o comando da Presidência da República, com a aprovação da MP 727/2016 tal prioridade será imposta acima de tudo e de todos, inclusive nos planos estadual e municipal.

O conceito de liberação adotado deixa claro a voracidade e a disposição de impor os empreendimentos a qualquer custo: “*a obtenção de quaisquer licenças, autorizações, registros, permissões, direitos de uso ou exploração, regimes especiais, e títulos equivalentes, de natureza regulatória, ambiental, indígena, urbanística, de trânsito, patrimonial pública, hídrica, de proteção do patrimônio cultural, aduaneira, minerária, tributária, e quaisquer outras, necessárias à implantação e à operação do empreendimento*”. Ou seja, na prática, o MMA, o IBAMA, o ICMBio, a FUNAI, a Fundação Cultura Palmares e o Iphan não poderão atuar para evitar que empreendimentos passem por cima das leis de proteção do meio ambiente, de indígenas e outros povos e comunidades tradicionais; ao contrário, serão convocados para emitir as licenças necessárias aos empreendimentos definidos como prioritários pelo Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República.

A situação começou ser pavimentada com a aprovação, sem alarde, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado, no dia 27/04/2016, da PEC 65/2012 que rasga a legislação ambiental aplicada em processos de licenciamento de obras públicas, conforme demonstra didaticamente o Ministério Público Federal/Grupo de Trabalho Grandes Empreendimentos em sua nota técnica: -“ A Proposta de Emenda Constitucional nº 65/2012, ao acrescentar o § 7 no art. 225 da Constituição com a redação apresentada e aprovada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado Federal , altera por completo a sistemática vigente acerca do licenciamento ambiental, em flagrante. Violação a Cláusulas Pétreas da Constituição Federal, a princípios constitucionais explícitos e a compromissos internacionais assumidos pelo Brasil perante a comunidade internacional.”(NOTA TÉCNICA – A PEC 65/2012 – MPF). Soma-se, o Projeto de Lei do Senado (PLS) 654/2015, de autoria do Senador Romero Jucá, que define um prazo curtíssimo para o licenciamento de grandes obras consideradas estratégicas pelo governo, como grandes hidrelétricas e estradas e que estabelece que em caso de descumprimento dos prazos, as licenças estarão automaticamente aprovadas. Assim, com a MP 727/2016, o “zelo” pelas questões socioambientais se tornará dispensável.

Ademais, cabe ressaltar que este expediente – MP 727 – cria, dentro do BNDES, um espaço privado para ampliar ainda mais os ganhos dos investidores:

- *“Art. 16. Fica o BNDES autorizado a constituir e participar do Fundo de Apoio à Estruturação de Parcerias, que possuirá prazo inicial de dez anos, renovável por iguais períodos, natureza privada e patrimônio próprio separado do patrimônio do administrador e dos cotistas, e que terá por finalidade a prestação onerosa, por meio de contrato, de serviços de estruturação e de liberação para parcerias de empreendimentos no âmbito do PPI.*

*§1º O Fundo de Apoio à Estruturação de Parcerias será sujeito de direitos e obrigações próprios, com capacidade de celebrar, em seu nome, contratos, acordos ou qualquer ajuste que estabeleça deveres e obrigações e seja necessário à realização de suas finalidades.*

*§ 2º. O administrador e os cotistas do Fundo de Apoio à Estruturação de Parcerias não responderão por qualquer obrigação do Fundo, salvo pela integralização das cotas que subscreverem.*

*§ 3º. O Fundo de Apoio à Estruturação de Parcerias será administrado, gerido e representado judicial e extrajudicialmente pelo BNDES.*

*§ 4º O Fundo de Apoio à Estruturação de Parcerias poderá se articular com os órgãos ou entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios cuja atuação funcional seja ligada à estruturação, liberação, licitação, contratação e financiamento de empreendimentos e atividades, para troca de informações e para acompanhamento e colaboração recíproca nos trabalhos.*

*§ 5º Constituem recursos do Fundo de Apoio à Estruturação de Parcerias:*

*I- os oriundos da integralização de cotas, em moeda corrente nacional, por pessoas de direito público, organismos internacionais e pessoas físicas ou jurídicas de direito privado, estatais ou não estatais;*

*II- as remunerações recebidas por seus serviços;*

*III- os recebidos pela alienação de bens e direitos, ou de publicações, material técnico, dados e informações;*

*IV- os rendimentos de aplicações financeiras que realizar; e*

*V- os recursos provenientes de outras fontes definidas em seu estatuto.*

*§ 6.º O Fundo de Apoio à Estruturação de Parcerias destinará parcela do preço recebido por seus serviços como remuneração ao BNDES pela administração, gestão e representação do Fundo, de acordo com o seu estatuto.*

*§ 7.º O Fundo de Apoio à Estruturação de Parcerias não pagará rendimentos a seus cotistas, assegurado a qualquer deles o direito de requerer o resgate total ou parcial de suas cotas, fazendo-se a liquidação com base na situação patrimonial do Fundo, sendo vedado o resgate de cotas em valor superior ao montante de recursos financeiros disponíveis ainda não vinculados às estruturações integradas já contratadas, nos termos do estatuto.*

*§ 8.º O estatuto do Fundo de Apoio à Estruturação de Parcerias deverá prever medidas que assegurem a segurança da informação, de forma a contribuir para a ampla competição e evitar conflitos de interesses nas licitações das parcerias dos empreendimentos públicos”.*

Desta forma, com a MP 727/2016, o BNDES passa a ser o responsável para garantir as condições financeiras e técnicas para a estruturação dos “projetos de infraestrutura” destinados aos investidores privados. Por outro lado, como deixa claro em seu art. 16, § 8º, todo o processo não será balizado pela preocupação com a transparência, ao contrário, o Fundo de Apoio à Estruturação de Parcerias “*deverá prever medidas que assegurem a **segurança** da informação*”. Ou seja, fica para trás qualquer perspectiva de transparência e de compromisso socioambiental por parte também do BNDES.

Portanto, é evidente que diante da combinação, das fundações de apoio de direito privado impostas às universidades públicas, os sistemáticos cortes orçamentários, a violência produzida pela DRU (Desvinculação de Receitas da União), e o famigerado Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação (MLCT&I), Lei 13.243/16 – o art. 17da MP 727/2016, impõem mais um golpe às universidades públicas, abrindo ainda mais portas para a utilização indevida de seus espaços, ao prever que:

*“Art. 17. Para a execução dos serviços técnicos para os quais houver sido contratado, o Fundo de Apoio à Estruturação de Parcerias poderá se utilizar do suporte técnico externo de profissionais, empresas ou entidades de elevada especialização, cabendo aos agentes públicos do Fundo a coordenação geral dos trabalhos e a articulação com a administração pública titular e com os demais órgãos, entidades e autoridades envolvidos.*

*§1º. A contratação de serviços técnicos pelo Fundo de Apoio à Estruturação de Parcerias será realizada mediante regime de contratação a ser instituído de acordo com a legislação aplicável.*

*§2º. Os contratos de serviços técnicos celebrados com os profissionais, empresas ou entidades de elevada especialização técnica a que se refere o caput preverão que os autores dos projetos e estudos, na condição de contratados ou de subcontratados, e seus responsáveis econômicos, ficarão proibidos de participar, direta ou indiretamente, da futura licitação para a parceria”.*

Portanto, este cenário e expedientes, segue impondo a continuidade do projeto de Estado Mínimo para o social e Máximo para o Capital, da retirada de direitos da classe trabalhadora e da população em geral, pintando em tons empreendedores a face predatória e perversa do capital. Resumindo, de presas à mostra, a MP 727/2016 inflige:

1. Intensificação do processo de desestatização da economia iniciado e conduzido pelos governos de Fernando Henrique Cardoso, Luís Inácio “Lula” da Silva e Dilma Rousseff, e agora Temer, e suas bases de apoio;
2. Recrudescimento da transformação dos espaços de infraestrutura, em todos os níveis federativos, em um porto de acumulação e lucratividade para investidores nacionais e estrangeiros;
3. Eliminação de todas e quaisquer restrições (sociais, ambientais, culturais, trabalhistas) que possam obstaculizar ou interferir, direta ou indiretamente, na rentabilidade esperada pelo setor financeiro;
4. Tomada do BNDES, como um braço do setor privado, com a finalidade de estruturar os chamados projetos do Programa de Parcerias e Investimentos (PPI), ou seja, a continuidade do ataque ao Fundo Público.
5. Escancarar as portas das universidades públicas ao setor privado e rentista.

Nesse sentido, a atual conjuntura coloca para o conjunto do Sindicato a necessidade de: i) avançarmos na luta contra essas políticas que seguem priorizando a lógica do capital, em detrimento as históricas conquistas sociais e da existência de territórios de vida; ii) intensificarmos ações de enfrentamento em conjunto com os movimentos sociais organizados, no sentido de avançar com respostas concretas, no interior da categoria e na sociedade como um todo.

## **TR – 27**

O 61º CONAD do ANDES-SN delibera:

1. Organizar a luta, por meio das Seções Sindicais e das Secretarias Regionais, contra a Medida Provisória 727/2016, que cria o Programa de Parcerias de Investimentos – PPI – e dá outras providências, somando-se às manifestações de luta contrárias à MP;
2. Orientar as regionais do ANDES-SN, para que pautem junto aos movimentos sociais organizados, debates sobre a MP 727/2016.

## **TEXTO 28**

*Contribuição da professora Maria Inês Corrêa Marques – Sindicalizada da ADUNEB*

### **DIREITOS DOCENTES E APOSENTADORIA NAS IEES BAIANAS**

#### **TEXTO DE APOIO**

O ANDES Sindicato Nacional, sempre manteve aberto o canal de comunicação direto entre sindicalizado e direção. Utilizando-me desta possibilidade, venho socializar uma luta solitária, que culminou em uma situação gravíssima que me atingiu e irá alcançar os docentes das estaduais baianas, em breve tempo. Esta denúncia é cabível neste temário, porque este caso, que hoje é meu, será de todos, futuramente. Não estão permitindo ao professor se aposentar na classe e nível em que se encontra, alegando que ele deve permanecer cinco anos no cargo, estão entendendo classe como cargo, ignorando a estrutura de carreira, o docente é rebaixado de classe, nível e salarialmente. Isto vem acontecendo e as pessoas, não reclamam, eu abri a frente luta para o Sindicato, mostrei isto em assembleia e foi parabenizada pela coragem de atrasar minha vida para bancar a luta. Consegui aprovar proposta, em assembleia, para que a questão entrasse na pauta de negociações da greve das estaduais.

Não ocupamos cargo, a não ser por eleição ou convite, nós temos CARREIRA. Se as Seções Sindicais, e as estaduais em particular, neste 61º Conad, ambiente de análise da situação do docente no Brasil, deixarem de considerar, o que aqui denuncio, redundará em graves prejuízos aos aposentáveis. O jubilado, é rebaixado na carreira e financeiramente e mais grave ainda, a legislação sobre a carreira docente está colocada no lixo e o sindicato não vê isto.

Para localização desta pessoa que aqui escreve, preciso em rápidas linhas, historiar minha vida no Andes. Sou antiga militante do movimento docente e tenho muito respeito por este sindicato que ajudei a consolidar, por muitos anos, principalmente no setor das instituições particulares de ensino superior - IPES. Ocupei por duas gestões a vice-presidência nacional (2004-2008 pelo setor das IPES, que desapareceu do Andes e com ele, a minha pessoa e de todos os nobres companheiros que historicamente lutaram pelo sindicato muito antes de setores estaduais e municipais. O que pode ser comprovado em documentos sobre os eventos comemorativos de aniversário do Andes, em que eu ou outro companheiro do setor foi lembrado. Eu, nesta luta pelo Setor da Ipes, consegui muitos avanços, criei e estruturei os Encontros Intersetoriais, que ainda existem, cujo espírito era tornar os setores implicados uns com os outros. Consegui condenar o Brasil na Organização Internacional do Trabalho – OIT, tivemos um Fundo de Solidariedade que auxiliou os que foram demitidos porque entraram na luta por um sindicato nacional que reunisse os três setores. Comecei as denúncias contra o produtivismo no Andes, organizei seminários e lutas. Trouxe para dentro do sindicato debates e resoluções sobre o assédio moral, problema que sempre assolou o setor das Ipes.

Constato que temos um sindicato que luta por justiça e, paradoxalmente, quer recuperar memória apagada pela ditadura e internamente, apaga a existência de um setor e de pessoas. Fui apagada e não sabia, julguei que, ao apresentar a questão, fosse reconhecida por abrir um campo de luta, para o setor das estaduais, com minha vida. Mas, que doce ilusão, se ANDES produz o apagamento de sua própria memória, se eu

sou uma constatação disto; o que esperar? Eu teria muito mais a dizer, mas não tenho direito a mais folhas.

Pelo meu ledô engano, resolvi socializar neste 61º Conad tais questões, para que futuramente, o setor das estaduais não diga que não sabia o que sua omissão provocou. Portanto companheiros/as, não se trata aqui, de relatar minha vida pregressa, mas, realçar o fato de que existe alguém que teve uma expressiva trajetória sindical, que estava a denunciar um risco para categoria, que só seria revertido na luta e que nada conseguiu. Apesar das decepções, continuo apostando no sindicato. Deixei por ano e meio minha vida parada na mão do Sindicato que me ignorou. Premida pela indignação e pelo que acontecerá, venho sugerir que algo seja feito.

Tomei minha vida de volta, assinei minha degola, a diretoria não se dignou a me responder, nem quando escrevi abrindo mão de sua flácida assessoria jurídica. Não me respondeu que nada realizaria porque suas advogadas entenderam que era causa perdida e sua decisão de nada realizar. O setor jurídico define a luta? As advogadas disseram que não tinha jeito para o meu caso e assim ficou. Mas, não foi respondido, como pedi, o parecer de um juiz que questionou minha honra, quando entramos com mandado de segurança, nem o fato da advogada da Aduneb não ter feito minha defesa e perder o prazo de resposta.

O setor jurídico do sindicato, me prejudicou deveras. Vocês precisam analisar o papel do jurídico, precisam ver o lugar das estaduais no jurídico. Muita aconteceu aqui na Bahia cujos desdobramentos jurídicos ainda não temos nenhuma análise. As diretorias do Andes e Aduneb, aqui focalizadas, poderão contestar, dizendo que estou faltando com a verdade, pois acolheram minha denúncia. Sim, acolheram, a questão foi apresentada por Milton, da Aduneb, à direção nacional. Segundo ele, o meu pedido de que esta questão tomasse vulto de luta geral das estaduais e teria o que pedi, um acompanhamento direto do Setor Jurídico Nacional, porque o caso é paradigmático. No entanto, nada foi feito para que, política e institucionalmente a situação fosse virasse ação política para ser revertida.

Para maior esclarecimento do que se passou, apresento os fatos e fatores que desencadearam esta denúncia. Em 31 de julho de 2014, meu aniversário, obtive tempo de serviço e de contribuição para requerer a aposentadoria. O processo seguiu seu trâmite e, ao chegar na Procuradoria Geral do Estado (PGE), foi dado um parecer contrário à da Procuradora da UNEB, derrubando o entendimento da procuradora da Uneb e do sindicato sobre carreira docente e suas divisões em classe, nível. Ressalte-se que a carreira estadual foi construída tomando por base a proposta do Andes, resultando no Estatuto do Magistério Superior Estadual. (LEI Nº 8.352 DE 02 DE SETEMBRO DE 2002). A promoção na carreira depende de vagas, a passagem de Adjunto B, para Titular é por concurso, com prova de títulos, texto inédito e aula. Tendo passado por tudo isto, assinar uma aposentadoria rebaixada, me revoltou e me recusei, fui buscar o sindicato, a Aduneb,

O meu caso foi considerado paradigmático, pelos altos funcionários do estado, que nos receberam a pedido de Milton, a quem solicitei a presença, ou de um diretor e ninguém me acompanhou. Diziam eles, que se eu assinasse o rebaixamento, tendo feito a reclamação e confirmada a decisão, que este problema pairaria sobre todos os docentes. Há quinze dias, assinei meu rebaixamento de nível para requerer minha aposentadoria. Sairei de professor Titular B, tendo permanecido quatro anos na classe e serei rebaixada para professor Adjunto B, porque não tive sindicato para me defender e advogados conhecedores de direito administrativo público.

Eu admiti o rebaixamento, porque fui abandonada pelo sindicato, algo que me adoeceu e que a advogada, que me atendeu por este ano e meio, que esteve impotente perante o marasmo e o descaso da direção local e nacional. Sem orientação, além de não ter aberto processo judicial perdeu prazo e a oportunidade de contestar o juiz. Como é possível um parecer de procurador ser maior que a Constituição e Lei do Estatuto do Magistério? A lei está sendo pisada e a categoria continuará dormitando? O jurídico acha que nada pode ser feito? Para que serve o setor jurídico de um sindicato, os sindicalizados pagam e o retorno disto?

Lutei muito para impedir que o mesmo viesse a acontecer comigo e com os demais colegas, porém, infelizmente, é isto que vai acontecer, ninguém conseguirá sua aposentadoria no nível e classe correspondentes, nunca. Isto porque, temos carreira, classe não é cargo. Não ficamos cinco anos em cargo algum e nosso interstício é de dois anos por nível. O sindicato, por meio de suas advogadas, me disse que meu caso estava perdido. Agora, perdi, perdemos, o parecer está sacramentado em meu processo, por total omissão do Andes e da Aduneb, diria mais, por total incompetência do setor jurídico e da diretoria estadual e nacional. Para além das denúncias, precisamos agir pois, as questões de carreira nas estaduais são graves, ver o Estatuto do Magistério no chão e um sindicato silente, é demais.

Responsabilizo, integralmente, a diretoria da Aduneb e a do Andes, pelo desdobramento negativo desta minha luta. Sucumbi na minha decisão de não ser rebaixada, por total falta de apoio e falta de visão jurídico sindical do problema. Agora, o parecer constante em meu processo, terá efeitos nefastos para todos os que, doravante, vierem a se aposentar. Depois de toda uma vida de luta ser rebaixada ao final, é de indignar. Espero que esta breve justificativa os afete e os mova a tomar resoluções que reparem a vida dos que ainda estão na ativa. Saudações sindicais.

## **TR - 28**

Considerando que o setor jurídico do Andes não apresentou condições de organizar a defesa da sindicalizada e revelou não ter condições de atender as especificidades desta denúncia e do setor das Estaduais; o 61º Conad delibera que:

1. O caso acima exposto, será analisado por uma junta de advogados especializados de alto nível, em direito administrativo público, para ser analisado e constituído processo em defesa dos interesses da sindicalizada, totalmente custeada pelo sindicato;
2. O Sindicato deverá questionar o Ministério Público, a partir deste caso, quanto à violação da *Constituição* estadual e da LEI Nº 8.352;
3. Organizar junto à Associação dos Servidores Públicos Estaduais, uma luta em defesa das carreiras, posto que, este entendimento sobre carreira e cargo, atinge a todos os sindicalizados do Serviço Público da Bahia;
4. Rever o plano de lutas do setor, dando centralidade à luta por aposentadoria dos docentes das IES baianas, em conformidade com a conforme a LEI Nº 8.352.

## **TEXTO 29**

*Contribuição da Assembleia da ADUR-RJ, realizada em 07/06/2016*

### **POR UMA GREVE GERAL PELA BASE CONTRA O AJUSTE FISCAL**

#### **TEXTO DE APOIO**

A conjuntura política brasileira do ano de 2016 foi marcada pela evolução dos ataques contra o direito dos trabalhadores e do povo, bem como pelo início da dissolução do bloco no poder (especialmente da aliança de classes entre o empresariado e setores do movimento sindical e social, que possibilitou os governos Lula 1,2, Dilma 1 e parte do Dilma 2). A dissolução do bloco no poder resultou na tentativa em curso de um golpe institucional-parlamentar, com o início do processo de impeachment contra Dilma Rousseff e a retirada do PT do controle de parte do aparelho de Estado.

Essa conjuntura se refletiu numa política extremamente nefasta para os movimentos sociais, pois desencadeou uma luta entre setores da burguesia (representados pelo PMDB com apoio do PSDB) para influenciar o movimento de massas com uma pauta conservadora; ao mesmo tempo, o PT tentou revigorar sua presença no movimento social, produzindo um efeito “amnésia”, como se seu governo estivesse sendo derrubado por ter avançado numa política anti-sistêmica. Desse modo, essa falsa polarização tem atraído o apoio de setores das bases de trabalhadores e movimentos sociais e sindicais. Essa situação, de um movimento social tornado satélite pela política ultraliberal do PMDB-PSDB, ou pela política liberal-desenvolvimentista do PT, irá produzir um sério prejuízo.

Isso porque a vitória do bloco hoje liderado pelo PMDB irá aprofundar a ofensiva de ajuste fiscal iniciada pelo Governo Dilma-PT. A oposição, liderada pelo PT, tende a subordinar todas as lutas locais e gerais ao seu objetivo (ilusório) de reconquista do Estado, seja pelo retorno de Dilma no segundo semestre de 2016, seja por uma candidatura Lula em 2018. Ao subordinar todos os objetivos e lutas ao seu projeto de poder, o PT irá burocratizar e centralizar o poder nas organizações de trabalhadores, atravancando os processos de luta e tentando canalizar o apoio para a política oportunista do PT. Entretanto, a única condição aceitável para a burguesia hoje aceitar o retorno do PT ao poder central do Executivo Federal, é que este assumira a pauta do Temer (sacrificando todos os seus pequenos projetos compensatórios) e que imponha uma lei da mordça informal ainda mais séria aos movimentos de resistência (que serão intimados a defender a democracia aceitando todos os ataques do ajuste fiscal e de reformas constitucionais anti-povo).

Por isso é fundamental escapar da falsa polarização, que é uma polarização partidária dentro de uma disputa que ocorre dentro do bloco de poder em dissolução e do mesmo projeto hegemônico. Escapar da polarização para construir uma política autônoma e classista. Nesse sentido, os movimentos sindical e sociais não podem e não devem ficar subordinados à falsa polarização entre PSDB/PMDB X PT, ou entre os “defensores do golpe” X “defensores da democracia”. O golpe parlamentar contra o PT (uma vez que realmente o processo de impeachment é marcado por inconsistências) foi resultado das alianças que o PT produziu, da sua política de centralização e amordaçamento do movimento social e de sua confiança cega na aliança com os setores mais atrasados da

política brasileira. E o golpe não foi dado contra o PT, ele foi dado porque a burguesia quer acelerar reformas e o ajuste fiscal que o PT já estava fazendo, mas num ritmo lento que essa burguesia não estava mais disposta a aceitar. Para combater o programa econômico do golpe do PMDB/PSDB, é preciso independência em face a política do PT (pois o programa econômico é muito similar nos dois casos).

A educação, a saúde e os serviços públicos em geral são os principais alvos do golpe. Eles precisam precarizar e sucatear a educação e saúde. Esse sucateamento foi aprofundado por Dilma, e o corte dos recursos para a pós-graduação em 2015 foi apenas a antessala do que agora se aprofunda, assim como a intransigência durante a greve dos servidores de 2012. O PLP 257/2016 autoriza um Plano de Demissão Voluntária (PDV), suspensão de concursos e suspensão de aumento de salários, corte de até 30% nos benefícios além do corte de todas as novas bolsas permanência para graduandos, foi assinado por Dilma justamente às vésperas da saída do governo, mostrando o consenso sob o dissenso.

Hoje, a resistência ao ajuste fiscal já se iniciou nas greves dos profissionais da educação, como no Rio de Janeiro, e pela onda nacional de ação direta e autogestão, representada pela ocupação das escolas dos estudantes secundaristas. A principal característica desses movimentos é justamente que eles combatem o programa econômico do golpe (o ajuste fiscal, representado pelo fechamento de escolas e corte de salários), sem assumir a política de apoio ao PT.

É nesse sentido que devemos assumir como principal política do próximo período, a **construção de uma greve geral pela base**, que não seja apenas instrumento oportunista e construído de cima para baixo; **uma greve que unifique os setores em luta na educação e contribua para a construção de uma greve geral contra o ajuste fiscal.**

## **TR - 29**

O 61º CONAD resolve apontar como resolução política:

- 1. O ANDES-SN deverá iniciar uma campanha de propaganda pela construção da greve geral pela base, contra o ajuste fiscal, explicitando que não se trata de apoio ao retorno do governo do PT, mas do combate ao programa econômico compartilhado pelo PT, PMDB e PSDB.**
- 2. Iniciar a construção de comitês unificados de luta** dentro das universidades, reunindo estudantes, terceirizados, técnico-administrativos e professores, para dar um caráter de base ao processo de construção da greve;
- 3. Apoiar organizativamente, juridicamente e financeiramente**, as lutas educacionais, **especialmente as ocupações de escolas** pelos secundaristas, denunciando e combatendo as perseguições políticas.

## **TEXTO 30**

*Contribuição da Assembleia da ADUR-RJ, realizada em 15/06/2016.*

# **COMBATER AS FOBIAS À COMUNIDADE LGBTTI É DEFENDER A CLASSE TRABALHADORA**

## **TEXTO DE APOIO**

O Brasil apresenta um cenário violento à população lésbica, gay, bissexual, transexual, travesti e intersexual. No que diz respeito à interrupção da vida dos LGBTTI, o país lidera rankings que mensuram homicídios a esta população. De acordo com “Relatório sobre Violência Homofóbica no Brasil”, publicado em 2012, pela Secretaria de Direitos Humanos, há um crescente aumento na busca pelos mecanismos de denúncia de violações aplicadas à esta população diante do cenário onde o número de crimes de todas as ordens cresceu. Segundo o relatório, no ano de 2012, 13 pessoas foram vítimas de violência homofóbica no Brasil por dia.

Em “Relatório sobre Violência Homofóbica no Brasil”, há um direcionamento sobre a caracterização do sexo biológico das vítimas (71% masculinos, 20% feminino e os demais não declaram), bem como a natureza das opressões: violências psicológicas foram as mais reportadas, com 83,2% do total, seguidas de discriminação, com 74,01%; e violências físicas, com 32,68%. Sobre o que marca o corpo, as violências físicas são as que mais aparecem nas denúncias (59,35%), além dos maus tratos (33,54%), tentativas de homicídio (3,1%) e assassinatos (1,44%).

De acordo com Cazarré (2015), houve 511 violações contra a população LGBTTI divulgadas na mídia durante 2012, onde 310 desses casos envolviam homicídio. Nesse processo, as travestis foram as mais violentadas, sendo 51,68% do total; seguidas por gays (36,79%), lésbicas (9,78%), heterossexuais e bissexuais (1,17% e 0,39% respectivamente).

A Anistia Internacional demonstra em seu relatório muita precaução sobre o avanço de forças ultraconservadoras no que tange à moral e às religiões junto ao governo brasileiro, cuja intencionalidade se direciona em barrar avanços e garantias à cidadania da população LGBTTI. Tal fato reverbera, inclusive, quando a presidente Dilma, em 2011, veta o material educacional sobre direitos humanos nas escolas. As alianças do poder executivo com as bancadas ultraconservadoras ligadas às religiões e contra-LGBTTI fomentam o cenário de ataques a gays, lésbicas, bissexuais, transexuais, travestis e interessesexuais.

Em relação aos homicídios contra travestis e transexuais, o Brasil é o país com a maior quantidade de mortes. De acordo com a Cazarré (2015), a organização não-governamental Transgender Europe (TGEU) divulgou que de janeiro de 2008 a março de 2014 foram registradas 604 mortes em nosso país somente desta população.

Há de se citar que dentre os transexuais e travestis recaem ainda mais opressões no que diz respeito ao acesso ao mercado de trabalho formal. A Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) revela que 90% das travestis e transexuais se prostituem no Brasil, na medida em que as relações no mercado de trabalho formal

rejeitam efetiva e simbolicamente essa população. Não se trata de atribuir um viés moral ao exercício da prostituição *per se*, mas de caracterizá-la enquanto trabalho exercido pelos setores mais vulneráveis da sociedade, portanto expostos à exploração econômica e violências mais intensivas. Salvo toda criticidade sobre o papel da universidade na formação da força de trabalho, esses espaços têm recebido, ainda que timidamente, transexuais e travestis. Mesmo dentro da universidade, essa população encontra diversos entraves no que diz respeito aos usos dos espaços públicos (banheiros, por exemplo), bem como a assimilação de seus nomes sociais e a manifestação de seus afetos e cultura. É sensível que transexuais e travestis encontrem ambientes que restrinjam sua cidadania também dentro das academias. É dever do ANDES alinhar-se às lutas pelo avanço do reconhecimento e garantia da cidadania de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e intersexuais com vistas a empoderar a classe trabalhadora num projeto de luta contra qualquer tipo de opressão.

## **TR - 30**

O CONAD resolve apontar como resolução política:

1. que o ANDES irá realizar uma campanha contra a lesbofobia, homofobia, bifobia, travestifobia, transfobia e fobia aos intersexuais dentro das IFES, IEES, IMES;
2. realizar um diagnóstico dos casos de violação dos direitos da população LGBTTI dentro das IFES, IEES, IMES e apoiar a luta contra essa violação.

## **Referências**

BRASIL. **Relatório sobre Violência Homofóbica no Brasil**. Secretaria dos Direitos Humanos. Brasília, 2012. Disponível em: <<http://www.sdh.gov.br/assuntos/lgbt/pdf/relatorio-violencia-homofobica-ano-2012>>. Acesso em 13 jun. 2016.

BBC BRASIL. **Anistia**: Pressão político-religiosa sobre gays e aborto no Brasil preocupa. Disponível em: <[http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/02/150224\\_brazil\\_anistia\\_gay\\_fd](http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/02/150224_brazil_anistia_gay_fd)>. Acesso em 13 jun. 2016.

CAZARRÉ, M. **Com 600 mortes em seis anos, Brasil é o que mais mata travestis e transexuais**. Brasília: Empresa Brasileira de Comunicação – Agência Brasil, 2015. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2015-11/com-600-mortes-em-seis-anos-brasil-e-o-que-mais-mata-travestis-e>>. Acesso em 13 jun. 2016.

## TEXTO 31

*Contribuição dos(as) professores(as) Nelson Aleixo da Silva Junior (ADUEPB), Zaira Valeska Dantas da Fonseca (SINDUEPA), Joselene Ferreira Mota (ADUFPA); Ediane Lopes de Santana (ADUNEB); Jorge Almeida (APUB); Mauricio Brito (APUB), Francisco Eduardo Torres Cancela (ADUNEB); Caroline de Araújo Lima (ADUNEB)*

## **A CRISE EDUCACIONAL E A DEFESA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA DE QUALIDADE PARA TODOS!**

### **TEXTO DE APOIO**

Os sistemas educacionais, historicamente, sempre sofreram profunda determinação das necessidades de produção e reprodução do capital. A suposta crise da educação é, ao mesmo tempo, produto e justificativa para sua reforma e adaptação aos interesses contemporâneos. Na disputa, os intelectuais da burguesia estão na ofensiva, avançando em diversas frentes, tais como a base curricular, o financiamento público, o perfil do trabalhador da educação, a implementação de processos de responsabilização atrelados à sanha das avaliações externas.

A ofensiva conservadora caminha a passos largos! Operam tanto através de seus lobistas almejando a aprovação de Leis e de emendas Constitucionais como organizam frentes disputando e construindo consensos em torno do que seria uma educação de qualidade. O desdobramento prático dessa ideia de qualidade materializados nos governos neoliberais são, em grande parte, causa do movimento de indignação da população e revolta dos estudantes e trabalhadores no ensino.

Conseqüentemente, os grandes interessados nas mudanças conservadoras, ou seja, representantes dos grandes grupos financeiros do país e do exterior, aceleraram o debate do papel da educação. Por um lado, cada vez mais os reformadores empresariais se movimentam buscando articular reformas que atrelam o currículo escolar à avaliação externa e responsabilização docente. Por outro, busca-se um professor cada vez mais “técnico”, “eficiente”, que apenas treine seus estudantes para a corrida promovida pelos índices das avaliações.

Por trás dessa articulação e, considerando a atual conjuntura, setores reacionários ganham espaço com as propostas da “Escola Sem Partido”. Diante de tal cenário torna-se uma tarefa para toda a esquerda e dos movimentos sociais (sindicais, indígenas, negros (a), feministas, estudantil) construir e compor uma *FRENTE CONTRA A ESCOLA SEM PARTIDO!*

Defendemos aprofundar o debate dos seis eixos definidos para este II Encontro Nacional de Educação (gestão; financiamento; formação e trabalho docente; avaliação; acesso e permanência; gênero, sexualidade e questões étnico-raciais), tendo como orientação política a necessidade da construção do projeto de Nação Livre e Autônoma, classista e democrático, inserido no cenário internacional, bases para a consolidação de uma frente contra a ofensiva conservadora!

### **O PNE E A LÓGICA MERCANTILISTA!**

O debate preparatório ao II ENE apontou a necessidade de criticar e solicitar revisão do novo Plano Nacional de Educação (PNE), sancionado em 2014 pela Presidenta Dilma

Rousseff, o qual, diferente do escrito em 1997, por diversos setores da sociedade brasileira,(PNE da sociedade civil), foi aprovado sem amplo debate com os movimentos sociais, restringindo, tão somente, aos espaços governistas e movimentos do ensino privado, como ocorreu com a CONAE.

Este Plano acabou atendendo as atuais medidas tomadas pelo governo Temer, que procura romper com o PNE defendido pelos movimentos sociais. O Plano previsto para 10 anos teve como cenário sua construção numa democratização precária, fundamentando numa inclusão social sem estruturas suficientes para a permanência qualitativa e significativa dos incluídos na escola.

Para reverter as mazelas na educação, historicamente sempre defendemos a bandeira de que pelo menos 10% do PIB pudesse ser destinado, exclusivamente, para a educação pública. No entanto, o que se viu no último período, em que pese a nossa luta, foram os sucessivos governos do PT (Lula e Dilma), ceder ao lobby empresarial e projetando atingir esse percentual, somente no ano de 2022, privilegiando ainda mais a iniciativa privada e pior, retirando verbas públicas da educação para os tubarões do ensino.

A rede de ensino foi expandida para atender aos interesses do projeto neodesenvolvimentista do período Lula/Dilma, no primeiro mandato. Esta expansão foi feita com a ampliação da terceirização, com a introdução da flexibilização da relação com o privado na regulamentação das Fundações Privadas - MP 495/2010; na Lei de Inovação Tecnológica (prevê parceria público-privada), no PROUNI (prevê isenção de impostos às universidades particulares), no REUNI (expansão sem qualidade), no novo ENEM, ENADE e FIES.

O objetivo agora é avançar no desmonte desta estrutura, adequando-a ao tamanho do Estado Mínimo, tratando a educação pública com uma lógica empresarial, como prevê a minuta “Uma ponte para o futuro”, pré-projeto governamental de Temer. A disputa, em vários segmentos educacionais, é aprofundar a ideologia empresarial na educação pública. Isso significa sistematizar, ainda mais, a ideologia da produtividade e do controle pelos resultados. O atual Plano Nacional de Educação alinha o conceito de cidadania ao de trabalhador técnico, sem reflexão ou formação crítica. Ou seja, ser cidadão é ser produtivo. Combatemos o modelo de Educação centralizado na lógica empresarial capitalizado nos resultados econômicos que pressupõe o uso de modelos mensuráveis e padronizados. O processo educacional deve se fundamentar em elementos que incorporem não somente os aspectos cognitivos, mas lúdicos, políticos, estéticos, corporais articulados, essencialmente, ao trabalho humano. Em outras palavras, uma educação omnilateral.

### **COM QUEM É A DISPUTA DE PROJETO PARA A EDUCAÇÃO?**

O novo projeto da pedagogia da hegemonia, desloca a centralidade da disputa do Estado para a sociedade civil. Nesta arena, um conjunto de aparelhos privados de hegemonia, compreendidos como “parceiro”, se estruturam em torno de um projeto único, assentado na ideologia empresarial com contornos do reacionarismo de direita e buscam, a todo custo, a construção de seu consenso.

As inúmeras parcerias se organizam a partir de instituições financeiras, empresas, fundações e instituições filantrópicas (geralmente financiadas pela isenção, desoneração de impostos de grandes corporações). Entre elas destacam-se: Itaú/Unibanco, Bradesco, Santander, Gerdau, Natura, Fundação Victor Civita, Fundação Roberto Marinho, Camargo Corrêa, Fundação Lehmann, Comunitas, Movimento Todos pela Educação, Amigos da Escola, entre outras.

O grande e possível mercado educacional brasileiro é também disputado por empresários estrangeiros que já operam de modo a influenciar a política educacional no Brasil. Instituições americanas como a Bill and Melinda Gates Foundation, a Fundação Khan e Universidade de Stanford que atuam através da Fundação Lemann, de Jorge Paulo Lemann, um dos controladores da cervejaria Anheuser-Busch InBev e do fundo de participações 3G Capital (dono do Burger King, Americanas, Submarino, Shoptime e da Heinz).

## **BNCC E O AVANÇO DA DIREITA**

No período da Ditadura Militar a Universidade de San Diego ditou os rumos da educação no Brasil, voltada para a formação técnica do desenvolvimentismo da econômica adotada pelos militares.

A atual Base Nacional Curricular Comum (BNCC) tem como modelo a experiência estadunidense do Núcleo Comum (Common Core), que adota padrões de avaliações como centralidade, caracterizada pela Fundação Itaú Social de “paradigma de colaboração integrativa, visando a produção de uma narrativa hegemônica sobre o que é qualidade na educação e sobre como atingi-la”<sup>1</sup>, não se importando com a possibilidade de disfunção dos interesses públicos e privados.

Em diversos estados brasileiros foram adotadas Organizações Sociais (OS) seguindo as *Charter Schools* (escola pública com gestão privada) estadunidense como modelo de gestão, causando o enfraquecimento do poder das secretarias de educação, como é o caso do governo do Estado de São Paulo a experiência de Pernambuco e o projeto de Goiás. Nitidamente, percebe-se que a proposta retira o foco do Estado, que passa a não representar os interesses do público. Isso explicitou-se em artigo publicado no dia 05 de abril, no sítio da Secretaria de Educação (SP), de autoria do atual Secretário José Roberto Nalini no qual defende que “educação não é um direito básico”. Está claro, que no Estado Neoliberal, não há espaço para a educação pública, laica e de qualidade social!

## **RESISTIR E LUTAR CONTRA O MOVIMENTO DA “ESCOLA SEM PARTIDO”**

Para derrotar a resistência existente na estrutura escolar do país os setores conservadores, aliados ao governo, deram impulso ao movimento pela “despolitização” do ensino e das escolas.

O movimento político da direita, conhecido como Escola Sem Partido pretende ser o eixo do debate da Base Nacional Comum Curricular. Para não deixar dúvida sobre seu caráter, o Ministro da Educação do governo Temer, dialoga diretamente com representantes dos movimentos que participaram das mobilizações em defesa do golpe político contra o governo Dilma, e agora estão a frente do Projeto Escola Sem Partido.

Pretendem inviabilizar debates ou referência sobre gênero, sexualidade, política, movimento estudantil e liberdade de expressão. Esta proposta é apresentada como sem política, sem ideologia ou partido., Entretanto diversos partidos de direita, empresários e lideranças religiosas a tenham aplaudido e apoiado.

A realidade brasileira informa que, ao contrário, o debate sobre feminismo, homofobia, liberalismo, socialismo, etnia são urgentes e necessários com mais qualidade do que o que ocorre na atualidade.

---

<sup>1</sup> MACEDO, Elizabeth. Base Nacional Curricular Comum: novas formas de sociabilidade produzindo sentidos para educação. In: **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v. 12, n. 03 p.1530 - 1555 out./dez. Programa de Pós-graduação Educação: Currículo – PUC/SP.

E quem nos diz isto é o Mapa da Violência de 2015, do diretor de pesquisa do Instituto Sangari, Julio Jacobo Waiselfisz, por exemplo, que registra que entre 2003 e 2013, o número de vítimas do sexo feminino mortas passou de 3.937 para 4.762, aumentando 21% na década. São 13 homicídios femininos diários. Nos casos do feminicídio, a população negra é vítima principal.

Sobre o tipo de violência contra as mulheres o documento registra que em 2014 o Sistema Único de Saúde atendeu 23.630 casos de violência sexual, a maioria crianças e adolescentes. Os dados sobre assédio ou violência contra estudantes femininas são escassos ou inexistentes nas secretarias de educação dos estados e municípios.

Quanto aos casos envolvendo a discriminação contra homossexuais os dados de trabalho da Universidade Federal de São Carlos (interior de São Paulo), informa que 32% dos homossexuais sofrem algum tipo de preconceito dentro das salas de aula, E que os educadores não sabem reagir diante das agressões, que podem ser físicas ou verbais, no ambiente escolar.

Esta situação, de feminicídio, homofobia, racismo já é resultado dos conteúdos trabalhados e das atitudes desenvolvidas nas escolas que estão aí. Os poucos avanços legais – algumas leis aprovadas procuram garantir que o ensino revele o mundo africano – não conseguiram impedir o eurocentrismo e o avanço do racismo, por exemplo.

Se a realidade é o critério para o trabalho da educação, tudo indica que a necessidade de mudança profunda em direção oposta ao defendido pelos integrantes da Escola Sem Partido, defendem, na verdade, o fortalecimento do Partido do pensamento único, de interesse empresarial.

### **A NECESSIDADE DE UNIFICAR AS LUTAS EM DEFESA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA DE QUALIDADE SOCIAL PARA TODOS!**

A conjuntura evidencia a importância da luta de massas em torno do projeto político que construa a Nação vinculada aos interesses dos trabalhadores. E, no caso da educação, da comunidade escolar. As manifestações de inconformidade da comunidade escolar registram greves prolongadas dos funcionários e docentes, e agora dos discentes, revelando lideranças estudantis, mulheres, negros, LGBT.

Os estudantes resolveram denunciar as condições precárias das escolas, trancando ruas, ocupando estruturas das secretarias de educação em protesto contra as condições de ensino, causadas propositalmente pelos agentes do atual projeto de ensino no país. A luta dos trabalhadores (as) e estudantes contra seus inimigos, que roubam até suas merendas para ter sucesso, precisa de unidade de todos os estados e municípios. De todos os trabalhadores.

### **TR - 31**

- Em defesa dessa unidade e na construção de um movimento de lutadores para barrar o avanço do conservadorismo, combater as opressões de gênero e as violências contra mulheres, crianças e adolescentes, em defesa de uma educação pública, laica e de qualidade conclamamos as entidades e participantes do 61º CONAD para a construção de uma **Frente contra o projeto Escola Sem Partido!**

## **TEXTO 32**

*Contribuição dos professores Alcides Pontes Remijo, Lucinéia Scremin Martins e José Rodolfo Pacheco Thiesen – sindicalizados da ADUFG SSind*

### **AUTONOMIA E INDEPENDÊNCIA DE CLASSE E A RESISTÍVEL ASCENSÃO FASCISTA DA “DIREITA RADICAL”**

#### **TEXTO DE APOIO**

A dinâmica da luta de classes tem como fundamento determinante o antagonismo da relação capital e trabalho. Independente da consciência ou não dos sujeitos a luta de classes adquire configurações precisas no cotidiano da reprodução da ordem social capitalista. Para as classes trabalhadoras é fundamental identificar os movimentos contraditórios do capital e orientar sua atuação para a defesa de seus interesses e para o ataque das posições políticas e econômicas do capital.

A formação social brasileira é marcada por um desenvolvimento capitalista dependente, hegemônico pelos interesses imperialistas, monopolistas e latifundiários. A ordem social burguesa (autocracia burguesa) apresenta historicamente limites estruturais de legitimação do seu domínio. A democracia brasileira é marcada por restrições e obstáculos a efetiva participação popular na definição das políticas da nação; a atuação no estado é bloqueada por uma representatividade que inverte a composição social nacional, no estado (parlamento, judiciário e executivo) os ricos dominam amplamente as estruturas de decisão e intervenção do Estado. Mesmo no período pós-constitucional de 88 (da transição transada entre a ditadura e a instituição do regime eleitoral), o chamado período democrático atual é caracterizado como um período de regime eleitoral de democracia restrita, pois os processos eleitorais são controlados e definidos de forma a garantir a perpetuidade política das posições do bloco hegemônico do capital na condução do estado brasileiro.

É importante resgatar que a ascensão do Partido dos Trabalhadores (PT) à presidência da república não alterou este fato fundamental. A Social Democracia, que hegemônizam o PT, efetivou a intensificação da política econômica voltada para os ricos por meio do colaboracionismo de classe (não apenas no plano político partidário com a formação de uma base parlamentar com expressiva representação dos interesses do capital, mas também um colaboracionismo no plano das organizações típicas das classes trabalhadoras). Parte significativa das organizações sindicais dos trabalhadores e movimento sociais passou a defender este governo e a se subordinarem na reprodução de uma política econômica voltada para a concentração e centralização da riqueza em troca de políticas localizadas de combate a pobreza e a fome – mesmo as políticas consideradas progressistas, como minha casa minha vida, por exemplo, se constituíram em fonte generosa de recursos para as empreiteiras e para o capital financeiro, caracterizando uma escalada na especulação imobiliária. As contrarreformas da previdência e da educação, em conjunto com o processo de privatização e mercantilização do direito à saúde foram a expressão maior de como os governos do PT estavam comprometidos com os interesses do bloco de poder hegemônico (imperialismo, monopólios e latifúndio).

Estes compromissos com a reciclagem da autocracia burguesa impediram a constituição de políticas duradouras de enfrentamento da crise estrutural do capital, tornando inevitável seu efeito devastador sobre a economia brasileira a partir de 2011. Ao lado dos impactos da crise do capital se articulou uma ofensiva política dos interesses imperialistas estadunidenses sobre a América Latina, que busca por meios de uma “guerra híbrida” a intensificação de uma onda neocolonizadora para restaurar a hegemonia política e econômica abalada pela ascensão de governos democráticos na Bolívia, Equador e, em especial, na Venezuela. Bem como derrotar as propostas de organização da Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América – Tratado de Comércio dos Povos – ALBA - TCP; Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC)s; A União de Nações Sul-Americanas (UNASUL); e os BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul).

É neste quadro conjuntural que o bloco de poder hegemônico está implementando o impeachment da presidente Dilma Rousseff e a mudança de regime na relação entre as classes sociais antagônicas. A dinâmica da luta de classes no Brasil constituiu a possibilidade para a autocracia burguesa de nova reconfiguração do estado brasileiro. O ataque às posições políticas do PT se constitui em uma movimentação tática para a consolidação de uma ordem política e econômica anti trabalhador. Para isso, lançam mão do golpe brando (guerra híbrida ou golpe parlamentar) como mecanismo para reconfigurar a ordem social, intensificar a exploração do conjunto das classes trabalhadoras, do patrimônio público e dos recursos naturais da nação. O golpe perpetrado contra o governo do PT tem como objetivo atingir amplos interesses das classes trabalhadoras, implementar políticas que não teriam fácil implementação com o PT no governo, seja pelas divisões internas entre a base parlamentar, seja pela resistência nas ruas dos movimentos sociais e políticos dos lutadores sociais. Trata-se de uma mudança de orientação política e econômica do bloco de poder hegemônico que busca projetar a intensificação da exploração da força de trabalho, do patrimônio público e dos recursos naturais da nação. A possibilidade histórica de ascensão de uma nova “direita radical” com forte apelo fascizante. Neste quadro de ascensão fascista o “inimigo do povo” escolhido pelo bloco hegemônico são todos os trabalhadores organizados e que resistem na luta cotidiana por melhores salários.

A síntese acima é insuficiente para explicitar todas as características de mudança de regime ativas na ofensiva da nova “direita radical”, porém é suficiente para abordarmos os desafios que estão colocados para as classes trabalhadoras e suas organizações sindicais. Estamos diante do seguinte debate necessário: **quais os caminhos que o movimento sindical, em especial o movimento docente, deve adotar neste momento?**

A resposta a esta questão que propomos apresentar como possibilidade política e organizativa depende de um posicionamento político claro de defesa dos interesses das classes trabalhadoras e de compreensão da dinâmica da luta de classes na sociedade brasileira. O enfrentamento do golpe que tenha como resposta uma recomposição dos interesses do capital, com a reafirmação de sua ideologia e política por outros meios, indica o caminho da derrota para as classes trabalhadoras antes de travar suas principais batalhas.

Neste sentido, a perspectiva de eleições antecipadas (gerais ou presidenciais) na atual conjuntura de ascensão da “direita radical” tende a legitimar um governo com um programa político que dê consequência a proposta de mudança de regime contra os interesses das classes trabalhadoras. É criar as condições de legitimação eleitoral do saque imperialista da nação brasileira. Num país em que o neoconservadorismo

fortalece suas bases no seio das classes trabalhadoras por meio de uma ampla ofensiva ideológica afirmando cotidianamente que o problema da sociedade brasileira são os direitos sociais, a constitucionalização de tais direitos, bem como o tamanho da máquina estatal e dos serviços públicos. Por outro lado, os setores classistas não acumularam forças suficientes para alavancar nacionalmente um projeto no âmbito da superestrutura jurídica e política que represente seus interesses. Ou seja, as alternativas classistas não se constituem nesse momento em alternativas eleitorais efetivas para o conjunto das classes trabalhadoras. Um processo eleitoral nesta conjuntura implicará num provável desfecho de derrota política para as classes trabalhadoras.

Outra alternativa que indica uma clara derrota dos interesses classistas seria encamparmos a luta contra o golpe e o governo ilegítimo de Temer centrado na luta pelo Volta Dilma! Mesmo com a ilegitimidade do Impeachment é fundamental não nos iludirmos com uma perspectiva de costura política institucional dos interesses dominantes, recuado diante da fragilidade dos golpistas e aceitando uma recomposição com o PT! A derrota do golpe não pode se constituir numa tentativa de restaurar a agenda do capital a ser implementada pelo governo petista. Projetar o atual ciclo de lutas com a finalidade de restaurar a posição política do PT no poder executivo, sem a necessária ruptura com os interesses hegemônicos do capital, redundará também em uma derrota para as classes trabalhadoras.

A resposta que compreendemos adequada para a atual conjuntura é a necessária afirmação de que a autonomia e independência das classes trabalhadoras é a base sobre a qual os enfrentamentos políticos deverão ser travados e pautados nas intensas jornadas de luta, que se concretizam atualmente na sociedade brasileira. A existência do golpe é rejeitada apenas por aqueles que sustentam o atual governo, ou buscam tergiversar sobre a legalidade burguesa para justificar sua inércia diante da ação do bloco de poder hegemônico na sociedade brasileira. Ou seja, a condição do golpe se constitui num elemento relevante da mudança de regime em processo e precisa ser enfrentada nas ruas, a partir da constituição de uma consciência de classe independente e autônoma das classes trabalhadoras. Por outro lado, a luta contra o golpe precisa colocar de forma consciente que não serão aceitas novas concessões ao bloco de poder hegemônico, e que um improvável retorno de Dilma à presidência não será para restaurar um novo ciclo de dominação hegemônica. Ao contrário, a luta contra o golpe tem potencialmente a função de colocar o povo na história desta nação e intensificar as lutas contra as contrarreformas, o ajuste econômico, em defesa das riquezas naturais, do patrimônio público e de reformas populares.

As atuais jornadas de luta contra o golpismo, o ilegítimo governo interino de Temer e a ascensão da “direita radical” precisa colocar como horizonte da luta de classes a necessária constituição da unidade das classes trabalhadoras na defesa de um projeto classista de sociedade. O que está em cheque na atual conjuntura é conquistarmos nas ruas e nas praças a autonomia e independência da classe trabalhadora e a consequente necessidade de construção de alternativas superestruturais ao bloco de poder dominante. Ou seja, derrotar o golpismo deve se constituir numa fase preliminar do fortalecimento das organizações das classes trabalhadoras e de construção da unidade necessária para derrotarmos nas ruas e nos locais de trabalho a ascensão fascista e as possibilidades de restauração da reciclagem da autocracia burguesa, mesmo com um improvável governo petista.

No momento de acirramento da luta de classes o desafio central é construir junto aos lutadores que estão nas ruas, nas praças, nas fábricas, escolas, nas ocupações e inclusive nos cárceres, a construção de um bloco de poder contra-hegemônico. A reversão do

golpe se desdobrará como um resultado concreto do acirramento da luta de classes. Aceitar como vitória final o retorno de Dilma seria renunciar ao projeto de autonomia e independência de classe.

É hora de o movimento docente fazer uma autocrítica das últimas orientações políticas que tem adotado. Posições essas que em nome da autonomia e independência de classe culminou no profundo isolamento das lutas sociais do último período. Sem prejuízo das importantes e intensas lutas que os docentes da educação superior têm levado a cabo no último período, é necessário reconhecermos que houve um afastamento das bases e que a luta contra o golpe foi rejeitada pela direção política do movimento docente. A realidade demonstrou os limites de uma ação política que culpabilizava o “governismo” pelos males do movimento docente. Caíram por terra todas as recentes consignas gerais da CSP (do Basta Dilma ao fora todos); com receio de se confundir com a social democracia no movimento sindical os setores da CSP decidiram cair no isolamento. Importante destacarmos que não se constitui a autonomia e independência de classe sem a classe, sem os enfrentamentos com o bloco de poder hegemônico e com a escusa de que não aceita a consigna do “Volta Dilma”. O enfrentamento do golpismo se constitui numa necessidade política para a constituição de uma força social capaz de derrotar não apenas os golpistas, mas também as suas alternativas ao golpe, seja com a ascensão da “nova direita radical” ou com uma frágil recomposição petista.

Por último, consideramos fundamental que o ANDES-SN e o movimento docente nacional contribuam efetivamente para a derrota do golpismo e da ascensão fascista da nova direita radical. A derrota das contrarreformas e do ajuste fiscal está articulada a fragilidade intrínseca do golpismo e da ilegitimidade do governo Temer. Renunciar a este enfrentamento é se afastar de um dos elementos centrais do atual estágio de luta de classes no Brasil. É criar a ilusão de que as lutas imediatas (luta contra as contrarreformas e ajuste fiscal) serão suficientes para reverter a ofensiva neoconservadora da sociedade brasileira.

## **TR - 32**

O 61º CONAD delibera:

- 1.** Que o movimento docente intensifique a luta contra as contrarreformas e o ajuste fiscal, articulada a luta contra o golpismo neoconservador e ilegítimo que sustenta o governo interino de Temer. Nenhum direito a menos, Fora Temer Golpista!
- 2.** Neste contexto de ofensiva golpista neoconservadora, a construção da unidade classista é a condição fundamental para derrotar a “direita radical”. As possibilidades de impedir a retirada dos direitos sociais passam pela construção de uma ampla aliança com os setores que lutam contra a regressão democrática em todos os âmbitos da vida social (como na cultura, na saúde, na política etc...). Apenas com a constituição e o fortalecimento do polo classista entre os lutadores e lutadoras contra a direita radical será possível efetivamente construir uma alternativa superestrutural classista, capaz de derrotar o imperialismo, os monopólios e o latifúndio.
- 3.** Construir a greve geral contra o ajuste fiscal e contra o golpe é a tarefa imediata para a constituição de um bloco de poder classista e independente.

# **Tema IV - Questões Organizativas e Financeiras**

## **NOVA COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO DA VERDADE DO ANDES-SN**

### **TEXTO DE APOIO**

Criada em 2013, no 32º Congresso, a Comissão da Verdade do ANDES-SN – CV teve sua composição efetivada nos 58º e 59º CONADs, quando se constituiu em cinco membros titulares e cinco suplentes, sendo dois titulares e dois suplentes diretores do Sindicato Nacional. Os demais foram eleitos nas plenárias dos referidos CONADs após um processo de amplo debate.

Nesse período, os trabalhos de resgate e recuperação dos fatos ocorridos no interior das universidades brasileiras durante a ditadura empresarial-militar de 1964-1985 foram desenvolvidos no âmbito das seções sindicais com a supervisão da Comissão da Verdade. Se nem todas as Seções Sindicais conseguiram se envolver nesse esforço, que visava contribuir para o momento de culminação dos resultados da Comissão Nacional da Verdade (do governo federal) e exigir a revisão da Lei da Anistia e a punição de todos aqueles que cometeram crimes de lesa-humanidade e ainda impunes, significa que é necessário empreender a continuidade desse trabalho.

Ainda em 2014 foram realizados três encontros regionais preparatórios (Belém, Fortaleza e Rio de Janeiro) ao Seminário Nacional, que ocorreu em 31 de março e 01 de abril de 2015, em Porto Alegre, oportunidades em que foram identificadas e denunciadas várias práticas de cerceamento, tortura e assassinatos não só no interior dos espaços acadêmicos, mas em várias instituições da sociedade civil (sindicatos, associações, movimentos populares) naquele período e nos dias da democracia representativa que hoje vive o país. Registre-se que os relatos ocorridos nos dias de hoje dão conta da crescente prática herdada do período da ditadura, promovendo o Estado e o empresariado diversas ações repressivas e de perseguição àqueles que se colocam contrários aos interesses dos representantes do capital.

Desses encontros surgiu o Caderno ANDES-SN da Comissão da Verdade, ora lançado neste CONAD, material que registra os relatos e debates naqueles encontros e que se revela de enorme utilidade na restauração de ações necessárias a serem empreendidas pelas Seções Sindicais para contribuir com a recuperação da memória histórica dos acontecimentos do período ditatorial. Mais do que isto, oferece a oportunidade para que, atendo-se aos fatos daquele período, possamos observar como as práticas atuais de perseguição, prisões e retirada de direitos civis dos trabalhadores parecem se reproduzir, possibilitando definir as melhores estratégias de resistência e da luta de hoje. O 35º Congresso do ANDES-SN já definiu em resoluções as próximas etapas que a Comissão da Verdade deverá empreender junto às Seções Sindicais, com o apoio das Secretarias Regionais.

Ao fim da confecção e publicação do Caderno ANDES-SN da Comissão da Verdade, que coincide com o 61º CONAD, alguns membros da CV manifestaram-se indisponíveis para a continuidade dos trabalhos, além da perda irreparável do companheiro Márcio Antônio de Oliveira, seu fundador e que ocuparia seguramente

uma das vagas, pela diretoria, na gestão 2016-2018. Dessa forma, para que a continuidade dos trabalhos da CV não sofra interrupção e que possamos efetivamente contribuir para a restauração da justiça social no país em todos os seus momentos históricos, é necessária a recomposição dos integrantes da Comissão da Verdade em todos os níveis, titulares e suplentes.

*O 35º CONGRESSO delibera:*

- 1. Propor às seções sindicais que construam instrumentos de luta, no espaço de suas respectivas IES, pela revisão da Lei da Anistia destacando os seguintes itens: 1.1 que sejam mantidas a anistia e os direitos conquistados pelos perseguidos políticos pela ditadura empresarial-militar; 1.2 lutar pela punição dos autores dos atos criminosos praticados pela ditadura empresarial-militar.*
- 2. Aprofundar, no âmbito das seções sindicais, estudos e pesquisas sobre a presença do entulho autoritário da ditadura empresarial-militar nas IES, em seus respectivos estatutos e regimentos e das relações e práticas acadêmicas atuais.*
- 3. Que as seções sindicais, sob orientação da Comissão da Verdade do ANDES-SN, realizem um levantamento, no interior de suas respectivas IES, sobre a situação dos docentes que foram perseguidos, assassinados, expurgados e cassados durante o período da ditadura empresarial-militar, com vistas à construção de um quadro nacional da situação.*
- 4. Que a Comissão da Verdade do ANDES-SN, na luta por memória e justiça, entre em conjunto com movimentos de direitos humanos no campo classista dos trabalhadores, demais entidades democráticas interessadas na punição dos crimes da Ditadura e movimentos dos familiares dos mortos (e desaparecidos) durante a ditadura empresarial-militar, na luta pela abertura irrestrita dos arquivos do período ditatorial.*
- 5. As seções sindicais do ANDES-SN devem se engajar na luta, em campanhas e na denúncia, seguida de registro para constituição de uma memória de todos os crimes, assassinatos e perseguições políticas, desaparecimentos forçados, bem como o genocídio da população negra, indígena, quilombola, cigana, camponesa, dos sem-teto e dos moradores das periferias. Trata-se de ação de enfrentamento da permanência de práticas ditatoriais.*

## **TR - 33**

O 61º CONAD do ANDES-SN delibera:

- 1.** Que os integrantes da Comissão da Verdade do ANDES-SN, representantes da base de militantes, sejam eleitos em plenária deste evento, após exposição dos requisitos necessários e da disponibilização dos candidatos, em número de três titulares e três suplentes.
- 2.** Propor à nova composição da Comissão da Verdade a inclusão, entre suas atribuições futuras, da disponibilização de imagens editadas de palestras e depoimentos selecionados do Seminário Nacional no portal do Sindicato.

**TEXTO 34**

Diretoria do ANDES-SN

**REPASSES DAS SEÇÕES SINDICAIS****TEXTO DE APOIO**

De acordo com a deliberação do 52º CONAD, São Luís – MA, 26 a 29/7/07, a Diretoria está apresentando o quadro com os repasses das seções sindicais ao ANDES-SN, atualizado até o dia 31 de maio de 2016, acompanhado dos acordos estabelecidos com a tesouraria nacional.

**NORTE 1****ADUA - 1231-9 - MANAUS/AM**

S. SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MÊS		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	F	dezembro/2015	22/01/16	14.451,92	1.156,16				
FEVEREIRO	F	janeiro/2016	12/02/16	14.357,36	1.148,59				
MARÇO	F	fevereiro/2017	16/03/16	16.064,68	1.284,83				
ABRIL	F	março/2016	13/04/16	15.974,52	1.277,96				
MAIO	F	abril/2016	13/05/16	15.959,08	1.276,72				

**SESDUF-RR - 1236-X - BOA VISTA/RR**

S. SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MÊS		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	F	dezembro/2015	07/01/16	8.000,00	821,00				
FEVEREIRO	F	janeiro/2016	22/02/16	7.819,12	625,53				
MARÇO	F	fevereiro/2017	04/04/16	7.871,60	627,26				

ABRIL	F	março/2016	28/04/16	7.840,74	627,26				
MAIO	F	abril/2016							

ADUNIR - 1235-1 - PORTO VELHO/RO									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MÊS		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	F	dezembro/2015	07/01/16	2.160,70	76,60	04/03/16	1/10	1.762,38	Início do novo acordo
FEVEREIRO	F	janeiro/2016	05/02/16	2.160,70	76,60	06/04/16	2/10	1.762,38	
MARÇO	F	fevereiro/2017	04/03/16	2.160,70	76,60	05/05/16	3/10	1.762,38	
ABRIL	F	março/2016	06/04/16	2.160,70	76,60				
MAIO	F	abril/2016	05/05/16	2.160,70	76,60				

ADUFAC - 1232-7 - RIO BRANCO/AC									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MÊS		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	F	dezembro/2015	15/03/16	10.765,90	565,14				
FEVEREIRO	F	janeiro/2016	15/03/16	10.377,34	549,09				
MARÇO	F	fevereiro/2017	15/03/16	10.501,43	553,06				
ABRIL	F	março/2016	13/04/16	10.338,53	545,54				
MAIO	F	abril/2016	10/05/16	10.513,16	552,53				

SIND-UEA - 1340-4 - MANAUS/AM									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MÊS		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	E	dezembro/2015	25/01/16	234,00	32,29				
FEVEREIRO	E	janeiro/2016							
MARÇO	E	fevereiro/2017							
ABRIL	E	março/2016							
MAIO	E	abril/2016							

SINDUERR -1387-0 BOA VISTA /RR									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MÊS		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	E	dezembro/2015							
FEVEREIRO	E	janeiro/2016							
MARÇO	E	fevereiro/2017							
ABRIL	E	março/2016							
MAIO	E	abril/2016							

SINDIFAP -1381- MACAPÁ/AP									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MÊS		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	F	dezembro/2015							
FEVEREIRO	F	janeiro/2016							
MARÇO	F	fevereiro/2017							
ABRIL	F	março/2016							
MAIO	F	abril/2016							

SINDUEAP- MACAPÁ/AP									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MÊS		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	E	dezembro/2015							
FEVEREIRO	E	janeiro/2016							
MARÇO	E	fevereiro/2017							
ABRIL	E	março/2016							
MAIO	E	abril/2016							

**NORTE 2**

**ADUFRA - 1234-3 - BELÉM/PA**

S.SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MÊS		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	F	dezembro/2015		acordo	acordo	31/03/16	1/10	1.051,19	Falta a complementação
FEVEREIRO	F	janeiro/2016		acordo	acordo	31/03/16	2/10	1.051,19	Falta a complementação
MARÇO	F	fevereiro/2017		acordo	acordo				
ABRIL	F	março/2016	30/03/16	1.369,11	168,18				
MAIO	F	abril/2016	31/03/16	2.102,37					

**ADUFPA - 1233-5 - BELÉM/PA**

S.SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MÊS		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	F	dezembro/2015	06/01/16	31.139,40	2.491,15				
FEVEREIRO	F	janeiro/2016	11/02/16	31.153,94	2.492,32				
MARÇO	F	fevereiro/2017	08/03/16	30.716,24	2.457,30				
ABRIL	F	março/2016	06/04/16	31.039,45	2.483,16				
MAIO	F	abril/2016	06/05/16	31.293,44	2.503,48				

**SINDUFAP - 1349-8 - MACAPÁ/AP**

S.SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MÊS		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	F	dezembro/2015	04/01/16	3.437,53	275,00				
FEVEREIRO	F	janeiro/2016	03/02/16	3.419,12	273,52				
MARÇO	F	fevereiro/2017	05/04/16	3.531,83	282,55				
ABRIL	F	março/2016	05/04/16	3.420,31	273,62				
MAIO	F	abril/2016	03/05/16	3.601,02	288,08				

SINDUEPA - 1284-X - BELÉM/PA									
S.SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MÊS		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	E	dezembro/2015							
FEVEREIRO	E	janeiro/2016							
MARÇO	E	fevereiro/2017							
ABRIL	E	março/2016							
MAIO	E	abril/2016							

SINDUFOPA - SANTARÉM/PA									
S.SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MÊS		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	F	dezembro/2015							
FEVEREIRO	F	janeiro/2016							
MARÇO	F	fevereiro/2017							
ABRIL	F	março/2016							
MAIO	F	abril/2016							

SINDUNIFESSPA- 1383-8 MARABÁ/PA									
S.SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MÊS		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	F	dezembro/2015							
FEVEREIRO	F	janeiro/2016							
MARÇO	F	fevereiro/2017							
ABRIL	F	março/2016							
MAIO	F	abril/2016							

**NORDESTE 1**

<b>APRUMA - 1238-6 - SÃO LUÍS/MA</b>									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MÊS		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	F	dezembro/2015	17/12/15	16.272,97	1.301,84				
FEVEREIRO	F	janeiro/2016	15/01/16	16.185,26	1.294,82				
MARÇO	F	fevereiro/2017	15/02/16	16.296,62	1.303,73				
ABRIL	F	março/2016	15/03/16	16.248,13	1.299,85				
MAIO	F	abril/2016	15/04/16	16.182,51	1.294,60				
JUNHO	F	maio/2016	16/05/16	16.140,46	1.291,24				

<b>ADUFPI - 1239-4 - TERESINA/PI</b>									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	F	dezembro/2015	18/01/16	3.825,66	562,31	22/04/16	1/6	1.912,83	
FEVEREIRO	F	janeiro/2016	17/05/16	3.825,66	532,31	17/05/16	1/6	562,31	
MARÇO	F	fevereiro/2017				17/05/16	2/6	1.912,83	
ABRIL	F	março/2016				17/05/16	2/6	562,31	
MAIO	F	abril/2016							

<b>ADCESP - 1240-8 - TERESINA/PI</b>									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	E	dezembro/2015	02/02/16	3.371,60	269,73				
FEVEREIRO	E	janeiro/2016	02/03/16	3.371,60	269,73				
MARÇO	E	fevereiro/2017	07/04/16	3.371,60	269,73				
ABRIL	E	março/2016							
MAIO	E	abril/2016							

SESDUFC - 1241-6 - FORTALEZA/CE									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	F	dezembro/2015							
FEVEREIRO	F	janeiro/2016							
MARÇO	F	fevereiro/2017							
ABRIL	F	março/2016							
MAIO	F	abril/2016							

ADUNIFOR - 1242-4 - FORTALEZA/CE									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	P	dezembro/2015							
FEVEREIRO	P	janeiro/2016							
MARÇO	P	fevereiro/2017							
ABRIL	P	março/2016							
MAIO	P	abril/2016							

SINDCEFET-PI - - TERESINA/PI									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	F	dezembro/2015	07/01/16	1.556,29	124,50	07/01/16	2/20	557,13	
FEVEREIRO	F	janeiro/2016	25/02/16	1.523,61	121,88	25/02/16	3/20	557,13	
MARÇO	F	fevereiro/2017	28/03/16	1.522,97	121,84	28/03/16	4/20	557,13	
ABRIL	F	março/2016	10/05/16	1.550,17	124,01	10/05/16	5/20	557,13	
MAIO	F	abril/2016	10/05/16	1.559,75	127,98	10/05/16	6/20	557,13	

SINDCENTEC - - JUAZEIRO DO NORTE/CE									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	E	dezembro/2015							
FEVEREIRO	E	janeiro/2016							
MARÇO	E	fevereiro/2017							
ABRIL	E	março/2016							
MAIO	E	abril/2016							

SINDIUVA - 1341-2 - SOBRAL/CE									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	E	dezembro/2015	20/01/16	2.321,00	185,70				
FEVEREIRO	E	janeiro/2016	17/02/16	2.361,20	188,90				
MARÇO	E	fevereiro/2017	10/03/16	2.379,80	190,40				
ABRIL	E	março/2016	08/04/16	2.379,80	190,40				
MAIO	E	abril/2016	10/05/16	2.392,80	191,50				

SINDUECE - 1342-0 - FORTALEZA/CE									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	E	dezembro/2015	09/12/15	3.198,12	255,85				
FEVEREIRO	E	janeiro/2016	14/01/16	3.198,12	255,85				
MARÇO	E	fevereiro/2017	12/02/16	3.186,57	254,93				
ABRIL	E	março/2016	04/03/16	3.186,57	254,93				
MAIO	E	abril/2016	06/04/16	3.194,87	255,89				
JUNHO	E	maio/2016	13/05/16	3.192,21	255,38				

SINDURCA - 1354-4 - CRATO/CE									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	E	dezembro/2015	14/01/16	1.977,28	158,19				
FEVEREIRO	E	janeiro/2016	23/02/16	1.990,38	159,23				
MARÇO	E	fevereiro/2017	17/03/16	1.990,38	159,23				
ABRIL	E	março/2016	20/04/16	1.994,95	159,60				
MAIO	E	abril/2016	17/05/16	2.077,98	160,63				

NORDESTE 2

ADESA-PE - 1253-X - ARCO VERDE/PE									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	M	dezembro/2015							
FEVEREIRO	M	janeiro/2016							
MARÇO	M	fevereiro/2017							
ABRIL	M	março/2016							

ADESB - 1255-6 - BELO JARDIM/PE									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	M	dezembro/2015							
FEVEREIRO	M	janeiro/2016							
MARÇO	M	fevereiro/2017							
ABRIL	M	março/2016							

ADFURN - 1249-1 - MOSSORÓ-RN									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	E	dezembro/2015	11/01/16	8.370,08	669,60				
FEVEREIRO	E	janeiro/2016	31/03/16	8.424,18	673,94				
MARÇO	E	fevereiro/2017	20/04/16	8.423,62	673,89				
ABRIL	E	março/2016	31/05/16	8.375,45	670,03				
MAIO	E	abril/2016							

ADUC - 1245-9 - CAJAZEIRAS-PB									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	F	dezembro/2015	11/12/15	1.201,87	43,55				
FEVEREIRO	F	janeiro/2016	02/02/16	1.009,75	80,78				
MARÇO	F	fevereiro/2017	10/03/16	1.300,00	104,04				
ABRIL	F	março/2016	05/04/16	1.306,42	104,51				
MAIO	F	abril/2016	04/05/16	1.307,28	104,58				

ADUEPB - 1246-7 - CAMPINA GRANDE/PB									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	E	dezembro/2015		acordo	acordo	04/05/16	4/338	1.801,00	
FEVEREIRO	E	janeiro/2016	15/02/16	9.600,00	960,00				
MARÇO	E	fevereiro/2017	04/03/16	9.000,00	900,00				
ABRIL	E	março/2016	06/04/16	9.000,00	720,00				
MAIO	E	abril/2016	05/05/16	9.000,00	720,00				

ADUFCG - 1244-0 - CAMPINA GRANDE/PB									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	F	dezembro/2015		acordo	acordo	16/02/16	1/3	7.698,46	Acordo de repasse em atraso
FEVEREIRO	F	janeiro/2016	16/02/16	11.547,70	923,81	28/03/16	2/3	7.698,46	
MARÇO	F	fevereiro/2017	17/03/16	11.547,70	923,81	28/04/16	3/3	7.698,46	
ABRIL	F	março/2016	12/04/16	11.547,70	923,81				
MAIO	F	abril/2016	23/05/16	11.317,64	905,41				

ADUFCG-PATOS - 1250-5 - PATOS/PB									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	F	dezembro/2015							
FEVEREIRO	F	janeiro/2016							
MARÇO	F	fevereiro/2017							
ABRIL	F	março/2016							
MAIO	F	abril/2016							

ADUFEPE - 1251-3 - RECIFE/PE									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	F	dezembro/2015	22/01/16	39.382,79	3.150,62	21/01/16	17/20	12.333,43	
FEVEREIRO	F	janeiro/2016	25/01/16	39.511,48	3.160,92	22/02/16	18/20	12.333,43	
MARÇO	F	fevereiro/2017	22/02/16	39.511,48	3.143,06	16/03/16	19/20	12.333,43	
ABRIL	F	março/2016	08/03/16	39.288,23	3.149,10	22/04/16	20/20	12.333,43	
MAIO	F	abril/2016							

ADUFERPE - 1252-1 - RECIFE/PE									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	F	dezembro/2015	11/01/16	16.420,44	1.313,63				
FEVEREIRO	F	janeiro/2016	15/02/16	15.569,05	1.245,52				
MARÇO	F	fevereiro/2017	08/03/16	15.612,53	1.249,00				
ABRIL	F	março/2016	11/04/16	15.714,01	1.257,12				
MAIO	F	abril/2016	13/05/16	15.903,20	1.272,25				

ADUFPB - 1243-2 - JOÃO PESSOA/PB									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	F	dezembro/2015	15/01/16	24.774,84	1.981,99	27/11/15	26/60	7.058,87	
FEVEREIRO	F	janeiro/2016	11/03/16	24.800,84	1.984,07	11/03/16	27/60	7.058,87	
MARÇO	F	fevereiro/2017	29/04/16	24.779,84	1.524,44				
ABRIL	F	março/2016			1.982,39				
MAIO	F	abril/2016							

ADUPE - 1254-8 - RECIFE/PE									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	E	dezembro/2015							
FEVEREIRO	E	janeiro/2016							
MARÇO	E	fevereiro/2017							
ABRIL	E	março/2016							
MAIO	E	abril/2016							

ADURN - 1247-5 - NATAL/RN									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	F	dezembro/2015							
FEVEREIRO	F	janeiro/2016							
MARÇO	F	fevereiro/2017							
ABRIL	F	março/2016							
MAIO	F	abril/2016							

ADUFERSA - 1248-3 - MOSSORÓ/RN									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	F	dezembro/2015	15/01/16	3.200,00	128,00				
FEVEREIRO	F	janeiro/2016	22/02/16	3.200,00	128,00				
MARÇO	F	fevereiro/2017	18/03/16	3.200,00	128,00				
ABRIL	F	março/2016	11/04/16	3.200,00	128,00				
MAIO	F	abril/2016	16/05/16	3.200,00	128,00				

SINDFAFICA - 1256-4 - CARUARU/PE									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	P	dezembro/2015							
FEVEREIRO	P	janeiro/2016							
MARÇO	P	fevereiro/2017							
ABRIL	P	março/2016							
MAIO	P	abril/2016							

SINDFAVIP - - VALE DO IPOJUCA/PE									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	P	dezembro/2015							
FEVEREIRO	P	janeiro/2016							
MARÇO	P	fevereiro/2017							
ABRIL	P	março/2016							
MAIO	P	abril/2016							

SINDUNIVASF - - JUAZEIRO/BA 1325-0									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	F	dezembro/2015	21/01/16	753,01	38,02				
FEVEREIRO	F	janeiro/2016	15/02/16	538,81	20,88				
MARÇO	F	fevereiro/2017	23/03/16	707,52	34,38				
ABRIL	F	março/2016	11/04/16	780,91	40,25				
MAIO	F	abril/2016	18/05/16	543,85	32,40				
JUNHO	F	maio/2016	18/05/16	543,85	32,40				

NORDESTE 3

ADUFAL - 1258-0 - MACEIÓ/AL									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	F	dezembro/2015	19/01/16	14.358,88	1.148,71				
FEVEREIRO	F	janeiro/2016	23/02/16	14.372,81	1.149,82				
MARÇO	F	fevereiro/2017	18/03/16	14.332,78	1.146,62				
ABRIL	F	março/2016	26/04/16	14.399,90	1.151,99				
MAIO	F	abril/2016	23/05/16	14.420,03	1.153,60				

APUR - SALVADOR/BA									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	F	dezembro/2015	19/01/16	4.163,46	333,08	16/03/16	1/10	1.509,87	
FEVEREIRO	F	janeiro/2016	22/02/16	4.090,23	327,22	13/04/16	2/10	1.509,87	
MARÇO	F	fevereiro/2017	16/03/16	4.085,07	325,71	05/05/16	3/10	1.509,87	
ABRIL	F	março/2016	13/04/16	4.181,09	333,40				
MAIO	F	abril/2016	05/05/16	4.121,22	328,61				

ADUNEB - 1260-2 - SALVADOR/BA									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	E	dezembro/2015	06/01/16	3.321,74	266,39				
FEVEREIRO	E	janeiro/2016	08/04/16	3.321,74	266,39				
MARÇO	E	fevereiro/2017	09/05/16	3.321,74	266,39				
ABRIL	E	março/2016							
MAIO	E	abril/2016							

ADUFS-BA - 1261-0 - FEIRA DE SANTANA/BA									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	E	dezembro/2015	07/01/16	3.340,00	344,00				
FEVEREIRO	E	janeiro/2016	26/02/16	3.340,00	344,00				
MARÇO	E	fevereiro/2017	11/03/16	3.340,00	344,00				
ABRIL	E	março/2016	08/04/16	3.340,00	344,00				
MAIO	E	abril/2016	13/05/16	3.340,00	344,00				

ADUFS - 1257-2 - SÃO CRISTÓVÃO/SE									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	F	dezembro/2015							
FEVEREIRO	F	janeiro/2016							
MARÇO	F	fevereiro/2017							
ABRIL	F	março/2016							
MAIO	F	abril/2016							

ADUSB - 1262-9 - VITÓRIA DA CONQUISTA/BA									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	E	dezembro/2015	11/01/16	4.000,00	320,00				
FEVEREIRO	E	janeiro/2016	15/02/16	4.000,00	320,00				
MARÇO	E	fevereiro/2017	10/03/16	4.000,00	320,00				
ABRIL	E	março/2016	12/04/16	4.000,00	320,00				
MAIO	E	abril/2016	10/05/16	4.000,00	320,00				

ADUCSAL - 1263-7 - SALVADOR/BA									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	CONTABILIDADE
JANEIRO	P	dezembro/2015							
FEVEREIRO	P	janeiro/2016							
MARÇO	P	fevereiro/2017							
ABRIL	P	março/2016							
MAIO	P	abril/2016							

APUNI - 1265-3 - IBICARAÍ/BA									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	P	dezembro/2015							
FEVEREIRO	P	janeiro/2016							
MARÇO	P	fevereiro/2017							
ABRIL	P	março/2016							
MAIO	P	abril/2016							

SINDFUNESA - 1344-7 - ARAPIRACA/AL									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	E	dezembro/2015							
FEVEREIRO	E	janeiro/2016							
MARÇO	E	fevereiro/2017							
ABRIL	E	março/2016							
MAIO	E	abril/2016							

ADUSC - 1264-5 - ILHÉUS/BA									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	E	dezembro/2015	19/02/16	1.714,28	176,47	19/02/16	1/5	1.554,49	
FEVEREIRO	E	janeiro/2016	29/04/16	1.714,28	176,47	29/04/16	2/5	1.554,49	
MARÇO	E	fevereiro/2017	31/05/16	1.714,28	176,47	31/05/16	3/5	1.554,49	
ABRIL	E	março/2016							
MAIO	E	abril/2016							

**LESTE**

<b>ADFMTM - 1267-X - UBERABA/MG</b>									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	F	dezembro/2015	06/01/16	380,80	239,00				
FEVEREIRO	F	janeiro/2016	11/02/16	380,80	239,00				
MARÇO	F	fevereiro/2017	04/03/16	377,60	237,00				
ABRIL	F	março/2016	07/04/16	371,60	232,90				
MAIO	F	abril/2016	05/05/16	371,20	232,90				

<b>ADUFSJ - 1275-0 - SÃO JOÃO DEL REY/MG</b>									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	F	dezembro/2015	11/01/16	11.721,38	937,71				
FEVEREIRO	F	janeiro/2016	04/02/16	11.533,00	922,64				
MARÇO	F	fevereiro/2017	10/03/16	11.528,19	922,26				
ABRIL	F	março/2016	13/04/16	11.671,46	933,72				
MAIO	F	abril/2016	09/05/16	11.702,18	936,17				

<b>ADUFES - 1276-9 - VITÓRIA/ES</b>									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	F	dezembro/2015	08/01/16	30.131,21	2.410,49				
FEVEREIRO	F	janeiro/2016	17/02/16	30.007,10	2.400,56				
MARÇO	F	fevereiro/2017	08/03/16	29.991,53	2.399,32				
ABRIL	F	março/2016	12/04/16	30.170,39	2.413,62				
MAIO	F	abril/2016	09/05/16	30.150,74	2.412,05				

ADUFLA - 1272-6 - LAVRAS/MG									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	F	dezembro/2015	11/01/16	7.428,60	541,43				
FEVEREIRO	F	janeiro/2016	12/02/16	7.491,00	471,64				
MARÇO	F	fevereiro/2017	15/03/16	7.568,00	475,79				
ABRIL	F	março/2016	12/04/16	7.589,00	477,56				
MAIO	F	abril/2016	10/05/16	7.678,00	482,00				

ADUFOP - 1274-2 - OURO PRETO/MG									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	F	dezembro/2015	25/02/16	13.613,96	1.076,00				
FEVEREIRO	F	janeiro/2016	29/03/16	13.690,86	1.089,11				
MARÇO	F	fevereiro/2017	29/04/16	13.678,63	1.094,29				
ABRIL	F	março/2016	13/05/16	13.703,86	1.096,62				
MAIO	F	abril/2016							

ADUFU - 1266-1 - UBERLÂNDIA/MG									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	F	dezembro/2015	08/01/16	23.390,73	2.111,26				
FEVEREIRO	F	janeiro/2016	05/02/16	26.258,32	2.100,67				
MARÇO	F	fevereiro/2017	08/03/16	26.511,52	2.120,92				
ABRIL	F	março/2016	08/04/16	26.602,17	2.128,17				
MAIO	F	abril/2016	10/05/16	26.586,69	2.126,93				

ADUNIFAL - 1280-7 - ALFENAS/MG									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	F	dezembro/2015	11/01/16	249,00	36,00				
FEVEREIRO	F	janeiro/2016	12/02/16	249,00	36,00				
MARÇO	F	fevereiro/2017	11/03/16	249,00	36,80				
ABRIL	F	março/2016	18/04/16	249,00	36,80				
MAIO	F	abril/2016	17/05/16	249,00	36,80				

ADUNIFEI - 1273-4 - ITAJUBÁ/MG									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	F	dezembro/2015							
FEVEREIRO	F	janeiro/2016							
MARÇO	F	fevereiro/2017							
ABRIL	F	março/2016							
MAIO	F	abril/2016							

ADUNIMONTES - 1277-7 - MONTES CLAROS/MG									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS			DATA	VALOR		DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	E	dezembro/2015							
FEVEREIRO	E	janeiro/2016							
MARÇO	E	fevereiro/2017							
ABRIL	E	março/2016							
MAIO	E	abril/2016							

APES-JF - 1270-X - JUIZ DE FORA/MG									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	F	dezembro/2015	14/01/16	19.132,33	1.503,56				
FEVEREIRO	F	janeiro/2016	03/02/16	19.132,33	1.503,56				
MARÇO	F	fevereiro/2017	09/03/16	19.132,33	1.503,56				
ABRIL	F	março/2016	08/04/16	19.132,33	1.503,56				
MAIO	F	abril/2016	03/05/16	19.132,33	1.503,56				

ASPUV - 1271-8 - VIÇOSA/MG									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	F	dezembro/2015	22/12/15	24.282,29	1.942,58				
FEVEREIRO	F	janeiro/2016	08/01/16	24.317,52	1.945,39				
MARÇO	F	fevereiro/2017	29/02/16	24.317,35	1.945,39				
ABRIL	F	março/2016	17/03/16	24.409,85	1.952,73				
MAIO	F	abril/2016	18/04/16	24.311,57	1.944,93				
JUNHO	F	maio/2016	24/05/16	24.084,07	1.926,72				

SINDCEFET-MG - 1269-6 - BELO HORIZONTE/MG									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	F	dezembro/2015	07/12/15	9.918,84	529,82				
FEVEREIRO	F	janeiro/2016	14/01/16	6.622,78	529,82				
MARÇO	F	fevereiro/2017	03/02/16	13.039,46	1.043,16				
ABRIL	F	março/2016	29/03/16	9.600,40	798,91				
MAIO	F	abril/2016	29/03/16	9.986,32	768,03				
JUNHO	F	maio/2016	04/05/16	9.939,88	795,19				

SINDCEFET-OP - 1349-8 - OURO PRETO/MG									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	F	dezembro/2015	05/01/16	3.437,53	275,00				
FEVEREIRO	F	janeiro/2016	03/02/16	3.419,12	273,52				
MARÇO	F	fevereiro/2017							
ABRIL	F	março/2016							
MAIO	F	abril/2016							

ADUFVJM - 1350-1 - DIAMANTINA/MG									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	F	dezembro/2015	21/01/16	576,60	46,12				
FEVEREIRO	F	janeiro/2016	30/03/16	658,00	52,64				
MARÇO	F	fevereiro/2017	30/03/16	658,00	52,64				
ABRIL	F	março/2016							
MAIO	F	abril/2016							

SINDUNIT - 1279-3 - UBERLÂNDIA/MG									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	P	dezembro/2015							
FEVEREIRO	P	janeiro/2016							
MARÇO	P	fevereiro/2017							
ABRIL	P	março/2016							
MAIO	P	abril/2016							

ADOM - IPIRANGA/MG									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	F	dezembro/2015							
FEVEREIRO	F	janeiro/2016							
MARÇO	F	fevereiro/2017							
ABRIL	F	março/2016							
MAIO	F	abril/2016							

ADUEMG - BELO HORIZONTE/MG									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	E	dezembro/2015							
FEVEREIRO	E	janeiro/2016							
MARÇO	E	fevereiro/2017							
ABRIL	E	março/2016							
MAIO	E	abril/2016	05/05/16	128,00	12,00				

PLANALTO

ADCAC - 1286-6 - CATALÃO/GO									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	F	dezembro/2015	17/02/16	1.340,52	120,64				
FEVEREIRO	F	janeiro/2016	28/04/16	1.340,52	120,64				
MARÇO	F	fevereiro/2017	28/04/16	1.340,52	120,64				
ABRIL	F	março/2016							
MAIO	F	abril/2016							

ADCAJ - 1287-4 - JATAÍ/GO									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	F	dezembro/2015	12/01/16	927,00	18,25				
FEVEREIRO	F	janeiro/2016	17/02/16	927,00	18,25				
MARÇO	F	fevereiro/2017							
ABRIL	F	março/2016							
MAIO	F	abril/2016							

ADUEG - - GOIÂNIA/GO									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	E	dezembro/2015							
FEVEREIRO	E	janeiro/2016							
MARÇO	E	fevereiro/2017							
ABRIL	E	março/2016							
MAIO	E	abril/2016							

ADUNB - 1281-5 - BRASÍLIA/DF									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	F	dezembro/2015	15/01/16	16.200,20	1.295,99				
FEVEREIRO	F	janeiro/2016	15/02/16	16.200,20	1.295,99				
MARÇO	F	fevereiro/2017	15/03/16	16.200,20	1.295,99				
ABRIL	F	março/2016	15/04/16	16.200,20	1.295,99				
MAIO	F	abril/2016	13/05/16	16.200,20	1.295,40				

ADUCB - - BRASÍLIA/DF									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	P	dezembro/2015							
FEVEREIRO	P	janeiro/2016							
MARÇO	P	fevereiro/2017							
ABRIL	P	março/2016							
MAIO	P	abril/2016							

APUG - 1345-5 - GURUPI-TO									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	M	dezembro/2015	12/02/16	2.032,50	162,60	17/08/15	6/25	431,74	
FEVEREIRO	M	janeiro/2016	15/02/16	2.074,96	166,00	12/02/16	7/25	431,74	
MARÇO	M	fevereiro/2017	28/03/16	2.629,39	215,87	15/02/16	8/25	431,74	
ABRIL	M	março/2016	29/03/16	2.356,67	215,87	12/05/16	9/25	431,74	
MAIO	M	abril/2016	12/05/16	2.833,27	226,66				

SESDFIMES - - MINEIROS/GO									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	M	dezembro/2015							
FEVEREIRO	M	janeiro/2016							
MARÇO	M	fevereiro/2017							
ABRIL	M	março/2016							
MAIO	M	abril/2016							

SESDUEG - - ANÁPOLIS/GO									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	E	dezembro/2015							
FEVEREIRO	E	janeiro/2016							
MARÇO	E	fevereiro/2017							
ABRIL	E	março/2016							
MAIO	E	abril/2016							

SESDUFT - 1352-8 - PALMAS/TO									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	F	dezembro/2015	07/01/16	3.432,57	68,65				
FEVEREIRO	F	janeiro/2016	04/02/16	3.432,57	65,65				
MARÇO	F	fevereiro/2017	14/03/16	3.432,57	68,65				
ABRIL	F	março/2016	23/05/16	3.432,57	68,65				
MAIO	F	abril/2016	23/05/16	3.432,57	68,65				

SINDCEFET-GO - 1284-X - GOIÂNIA/GO									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	F	dezembro/2015							
FEVEREIRO	F	janeiro/2016							
MARÇO	F	fevereiro/2017							
ABRIL	F	março/2016							
MAIO	F	abril/2016							

**RIO DE JANEIRO**

**ASDUERJ - 1294-7 - RIO DE JANEIRO/RJ**

S. SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	E	dezembro/2015				27/11/15	10/59	1.792,77	
FEVEREIRO	E	janeiro/2016							
MARÇO	E	fevereiro/2017							
ABRIL	E	março/2016							
MAIO	E	abril/2016							

**ADUFRJ - 1295-5 - RIO DE JANEIRO/RJ**

S. SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	F	dezembro/2015	11/01/16	181.973,64	10.918,42				
FEVEREIRO	F	janeiro/2016	29/02/16	90.549,55	5.432,97				
MARÇO	F	fevereiro/2017	08/03/16	90.852,25	5.451,13				
ABRIL	F	março/2016	12/04/16	91.028,42	5.461,71				
MAIO	F	abril/2016	10/05/16	90.502,10	5.430,13				

**ADUNI-RIO - 1296-3 - RIO DE JANEIRO/RJ**

S. SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	F	dezembro/2015	07/01/16	7.811,97	624,95				
FEVEREIRO	F	janeiro/2016	15/02/16	7.729,83	618,38				
MARÇO	F	fevereiro/2017	15/03/16	7.845,26	627,62				
ABRIL	F	março/2016	13/15/16	7.835,89	626,87				
MAIO	F	abril/2016	06/05/16	7.843,44	627,47				

ADCEFET-RJ - 1297-1 - RIO DE JANEIRO/RJ									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	F	dezembro/2015	20/01/16	7.018,17		20/01/16	25/36	5.810,33	
FEVEREIRO	F	janeiro/2016	05/02/16	6.954,09		05/02/16	26/36	5.810,33	
MARÇO	F	fevereiro/2017	07/03/16	6.979,68		07/03/16	27/36	5.810,33	
ABRIL	F	março/2016	08/04/16	6.840,75		08/04/16	28/36	5.810,33	
MAIO	F	abril/2016	06/05/16	6.918,77		06/05/16	29/36	5.810,33	

ADUFF - 1298-X - NITERÓI/RJ									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	F	dezembro/2015	21/01/16	60.983,09	4.878,65				
FEVEREIRO	F	janeiro/2016	22/03/16	61.330,28	4.906,42				
MARÇO	F	fevereiro/2017	05/04/16	58.858,55	4.708,68				
ABRIL	F	março/2016	11/04/16	58.994,63	4.719,57				
MAIO	F	abril/2016	09/05/16	58.960,89	4.716,87				

ADUR-RJ - 1299-8 - SEROPÉDICA/RJ									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	F	dezembro/2015	11/01/16	8.011,63	1.281,86				
FEVEREIRO	F	janeiro/2016	17/02/16	8.011,63	1.281,86				
MARÇO	F	fevereiro/2017	09/03/16	8.011,63	1.281,86				
ABRIL	F	março/2016	06/04/16	8.011,63	1.281,86				
MAIO	F	abril/2016	02/05/16	8.011,93	1.281,86				

SESDUENF - 1356-0 - RIO DE JANEIRO/RJ									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	E	dezembro/2015	27/01/16	2.400,00	192,00				
FEVEREIRO	E	janeiro/2016	05/05/16	2.400,00	192,00				
MARÇO	E	fevereiro/2017	16/05/16	2.400,00	192,00				
ABRIL	E	março/2016	16/05/16	2.400,00	192,00				
MAIO	E	abril/2016							

ADUEZO - RIO DE JANEIRO/RJ									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	E	dezembro/2015							
FEVEREIRO	E	janeiro/2016							
MARÇO	E	fevereiro/2017							
ABRIL	E	março/2016							
MAIO	E	abril/2016							

ADOPEAD - 1329-3 RIO DE JANEIRO/RJ									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO		dezembro/2015	13/05/16	62,88	5,03				
FEVEREIRO		janeiro/2016	13/05/16	54,16	4,33				
MARÇO		fevereiro/2017	13/05/16	52,03	4,16				
ABRIL		março/2016	13/05/16	41,40	3,31				
MAIO		abril/2016	13/05/16	34,63	2,77				

**SÃO PAULO**

**ADAF - 1306-4 - PIRASSUNUNGA/SP**

S. SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	F	dezembro/2015							
FEVEREIRO	F	janeiro/2016							
MARÇO	F	fevereiro/2017							
ABRIL	F	março/2016							
MAIO	F	abril/2016							

**ADFATEC - 1309-9 - SÃO PAULO/SP**

S. SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	E	dezembro/2015							
FEVEREIRO	E	janeiro/2016							
MARÇO	E	fevereiro/2017							
ABRIL	E	março/2016							
MAIO	E	abril/2016							

**ADFMM - 1308-0 - MARÍLIA/SP**

S. SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	E	dezembro/2015	13/01/16	1.378,60	110,29				
FEVEREIRO	E	janeiro/2016	15/02/16	1.372,50	109,80				
MARÇO	E	fevereiro/2017	14/03/16	1.372,50	109,80				
ABRIL	E	março/2016	14/04/16	1.366,40	109,31				
MAIO	E	abril/2016	13/05/16	1.366,40	109,31				

ADUFSCAR - 1300-5 - SÃO CARLOS/SP									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	F	dezembro/2015							
FEVEREIRO	F	janeiro/2016							
MARÇO	F	fevereiro/2017							
ABRIL	F	março/2016							
MAIO	F	abril/2016							

ADUNESP - 1305-6 - SÃO PAULO/SP									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	E	dezembro/2015	13/01/16	12.148,53	919,72				
FEVEREIRO	E	janeiro/2016	19/04/16	11.345,48	911,91				
MARÇO	E	fevereiro/2017	19/04/16	11.399,06	907,63				
ABRIL	E	março/2016							
MAIO	E	abril/2016							

ADUNICAMP - 1302-1 - CAMPINAS/SP									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	E	dezembro/2015	14/01/16	36.716,37	2.937,31				
FEVEREIRO	E	janeiro/2016	11/02/16	36.903,50	2.952,28				
MARÇO	E	fevereiro/2017	15/03/16	36.943,75	2.955,50				
ABRIL	E	março/2016	12/04/16	37.025,65	2.962,05				
MAIO	E	abril/2016	12/05/16	37.050,96	2.964,07				

ADUNIFESP - 1304-8 - SÃO PAULO/SP									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	F	dezembro/2015							
FEVEREIRO	F	janeiro/2016							
MARÇO	F	fevereiro/2017							
ABRIL	F	março/2016							
MAIO	F	abril/2016							

ADUNIMEP - 1301-3 - PIRACICABA/SP									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	P	dezembro/2015							
FEVEREIRO	P	janeiro/2016							
MARÇO	P	fevereiro/2017							
ABRIL	P	março/2016							
MAIO	P	abril/2016							

ADUSP - 1303-X - SÃO PAULO/SP									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	E	dezembro/2015	11/01/16	64.143,46	5.131,47				
FEVEREIRO	E	janeiro/2016	11/02/16	64.254,05	5.140,32				
MARÇO	E	fevereiro/2017	07/03/16	64.355,44	5.148,43				
ABRIL	E	março/2016	07/04/16	64.237,73	5.139,01				
MAIO	E	abril/2016	13/05/16	64.230,83	5.138,46				

ADEEP- PIRACICABANA/SP									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	M	dezembro/2015							
FEVEREIRO	M	janeiro/2016							
MARÇO	M	fevereiro/2017							
ABRIL	M	março/2016							
MAIO	M	abril/2016							

ADUFABC- SANTO ANDRÉ/SP									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	F	dezembro/2015							
FEVEREIRO	F	janeiro/2016							
MARÇO	F	fevereiro/2017							
ABRIL	F	março/2016							
MAIO	F	abril/2016							

IFSP-SBV SÃO JOÃO DA BOA VISTA/SP									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	F	dezembro/2015							
FEVEREIRO	F	janeiro/2016							
MARÇO	F	fevereiro/2017							
ABRIL	F	março/2016							
MAIO	F	abril/2016							

SINDUNITAU - SÃO JOSÉ DOS CAMPOS/SP									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	M	dezembro/2015							
FEVEREIRO	M	janeiro/2016							
MARÇO	M	fevereiro/2017							
ABRIL	M	março/2016							
MAIO	M	abril/2016							

SUL

ADUNICENTRO - 1353-6 - GUARAPUAVA/PR									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	E	dezembro/2015	18/02/16	522,00	115,00				
FEVEREIRO	E	janeiro/2016	18/02/16	522,00	115,00				
MARÇO	E	fevereiro/2017	04/03/16	522,00					
ABRIL	E	março/2016	14/04/16	522,00					
MAIO	E	abril/2016	12/05/16	522,00					

ADUNIOESTE - 1317-X - CASCAVEL/PR									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	E	dezembro/2015	04/01/16	2.857,03	228,56				
FEVEREIRO	E	janeiro/2016	02/02/16	2.857,03	228,56				
MARÇO	E	fevereiro/2017	02/03/16	2.857,03	228,56				
ABRIL	E	março/2016	05/04/16	2.857,03	228,56				
MAIO	E	abril/2016	03/05/16	2.857,03	228,56				

APRUDESC - 1319-6 - FLORIANÓPOLIS/SC									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	E	dezembro/2015	19/11/16	694,44	60,00	4/5/16	20/73	694,44	
FEVEREIRO	E	janeiro/2016	09/03/16	1.491,60	60,00				
MARÇO	E	fevereiro/2017	09/03/16	1.431,60	60,00				
ABRIL	E	março/2016	05/04/16	978,96	60,00				
MAIO	E	abril/2016	04/05/16	985,94	60,00				

APUFPR - 1311-0 - CURITIBA/PR									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	F	dezembro/2015	14/01/16	57.657,41	4.612,59				
FEVEREIRO	F	janeiro/2016	02/02/16	57.621,42	4.609,71				
MARÇO	F	fevereiro/2017	07/03/16	57.211,19	4.576,90				
ABRIL	F	março/2016	06/04/16	57.661,31	4.612,91				
MAIO	F	abril/2016	09/05/16	58.220,88	4.657,67				

SINDUEPG - 1316-1 - PONTAGROSSA/PR									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	E	dezembro/2015	01/02/16	4.246,37	339,71				
FEVEREIRO	E	janeiro/2016	03/02/16	4.709,17	376,73				
MARÇO	E	fevereiro/2017	07/03/16	4.703,93	376,31				
ABRIL	E	março/2016	05/04/16	4.618,14	369,47				
MAIO	E	abril/2016	04/05/16	4.638,98	371,12				

SINDUTF-PR - 1312-9 - CURITIBA/PR									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	F	dezembro/2015	31/05/16	19.921,79	1.593,74				
FEVEREIRO	F	janeiro/2016	31/05/16	19.785,90	1.582,87				
MARÇO	F	fevereiro/2017	31/05/16	19.760,57	1.580,84				
ABRIL	F	março/2016	31/05/16	19.776,13	1.582,09				
MAIO	F	abril/2016	31/05/16	19.646,07	1.571,69				
JUNHO	F	maio/2016	31/05/16	19.679,45	1.574,35				

S. Sind. UFSC - 1384 - FLORIANÓPOLIS/SC									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	F	dezembro/2015	04/01/16	8.317,60	665,41				
FEVEREIRO	F	janeiro/2016	04/02/16	4.140,11	331,21				
MARÇO	F	fevereiro/2017	24/02/16	4.194,57	335,57				
ABRIL	F	março/2016	21/03/16	4.129,45	330,36				
MAIO	F	abril/2016	29/04/16	4.057,49	324,60				
JUNHO	F	maio/2016	27/05/16	4.117,11	329,37				

SESDUEM - 1376 - MARINGÁ/PR									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	E	dezembro/2015	11/01/16	8.771,20	701,69				
FEVEREIRO	E	janeiro/2016	10/03/16	9.280,23	414,11				
MARÇO	E	fevereiro/2017	10/03/16	5.176,32	742,42				
ABRIL	E	março/2016	14/04/16	5.139,95	411,20				
MAIO	E	abril/2016	10/05/16	9.370,94	749,68				

SINDUFFS - CHAPECÓ/SC									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	F	dezembro/2015							
FEVEREIRO	F	janeiro/2016							
MARÇO	F	fevereiro/2017							
ABRIL	F	março/2016							
MAIO	F	abril/2016							

SINDUNESPAR- PARANAGUÁ/PR									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	E	dezembro/2015							
FEVEREIRO	E	janeiro/2016							
MARÇO	E	fevereiro/2017							
ABRIL	E	março/2016							
MAIO	E	abril/2016							

**RIO GRANDE DO SUL**

Seção Sindical na UFRGS - PORTO ALEGRE/RS									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	F	dezembro/2015	20/01/16	539,85	43,19				
FEVEREIRO	F	janeiro/2016	17/03/16	574,33	45,95				
MARÇO	F	fevereiro/2017	11/04/16	550,02	44,00				
ABRIL	F	março/2016	20/05/16	556,76	44,54				
MAIO	F	abril/2016							

APROFURG - 1320-X - RIO GRANDE/RS									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	F	dezembro/2015	11/01/16	16.561,81	1.324,94				
FEVEREIRO	F	janeiro/2016	15/02/16	16.808,85	1.344,70				
MARÇO	F	fevereiro/2017	03/03/16	16.848,92	1.347,91				
ABRIL	F	março/2016	07/04/16	16.880,95	1.350,47				
MAIO	F	abril/2016	04/05/16	16.919,68	1.353,57				

ADUFPEL - 1321-8 - PELOTAS/RS									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	F	dezembro/2015	08/12/15	47.604,33	1.915,35				
FEVEREIRO	F	janeiro/2016	08/01/16	24.121,68	1.929,74				
MARÇO	F	fevereiro/2017	05/02/16	24.019,72	1.921,58				
ABRIL	F	março/2016	03/03/16	24.143,21	1.931,46				
MAIO	F	abril/2016	11/04/16	24.424,20	1.953,94				
JUNHO	F	maio/2016	05/05/16	24.200,10	1.936,01				

SEDUFSM - 1322-6 - SANTA MARIA/RS									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	F	dezembro/2015	23/12/15	23.294,19	1.863,54				
FEVEREIRO	F	janeiro/2016	01/02/16	23.524,98	1.882,00				
MARÇO	F	fevereiro/2017	26/02/16	23.130,29	1.850,42				
ABRIL	F	março/2016	28/03/16	23.108,02	1.848,64				
MAIO	F	abril/2016	26/04/16	22.959,86	1.836,79				
JUNHO	F	maio/2016	30/05/16	22.894,17	1.831,53				

SESUNIPAMPA - - BAGÉ/RS									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	F	dezembro/2015							
FEVEREIRO	F	janeiro/2016							
MARÇO	F	fevereiro/2017							
ABRIL	F	março/2016							
MAIO	F	abril/2016							

**ANEXO AO TEXTO 34**  
**SEÇÕES SINDICAIS COM ACORDOS VIGENTES**  
**POSICIONAMENTO ATÉ O MÊS DE MAIO**

REGIONAIS	S. SINDICAL	PARCELAMENTO	SALDO DEVEDOR	SITUAÇÃO
NORTE 1	ADUNIR	<p>1. No 35º Congresso foi realizado um novo acordo referente aos repasses de jun a dez das mensalidades no valor de R\$ 12.964,20, Fundo Único R\$ 459,60 e 3 parcelas do acordo anterior no valor de R\$ 4.200,00 totalizando R\$ 17.623,80, que será parcelado em 10 meses de R\$ 1.762,38 iniciando o pagamento no mês de fevereiro/16. <u>Está na 3/10</u></p> <p>2. Compromete-se a pagar o valor de R\$ 2.046,56 referente ao Rateio do 35º Congresso em 4 parcelas de R\$ 511,64. <u>Está na 2/4</u></p>	R\$ 12.336,66 e R\$ 1.023,28	Pendente
	SIND-UEA	Rateio do 31º Congresso, no valor de R\$ 13.093,64.	R\$ 13.093,64	Pendente
NORTE 2	ADUFRA	Compromete-se a pagar os valores em aberto dos repasses de set a dez/15, e o repasse e fundo único de jan e fev/16, totalizando R\$ 11.021,70, que será parcelado em 10 meses de R\$ 1.102,17.	R\$ 8.919,32	OK
NE1	ADUNIFOR	No 31º Congresso foi feito um acordo referente a 3 meses de mensalidades pendentes de 2009 no valor de R\$ 2.134,67, repasses de mar a dez/10, no valor de R\$ 18.981,40 e repasses de jan a dez/11, no valor de R\$ 22.77,68, totalizando R\$ 43.893,75, que será parcelado em 36 meses de R\$ 1.219,27.	R\$ 43.893,75	Pendente
	ADUFPI	A Seção Sindical compromete-se a pagar os seguintes valores:	R\$ 17.632,00	Pendente
		1. Fundo Nacional de Greve, referente aos meses de jan a mar/16 no valor de R\$ 17.632,00, que será parcelado em 6 meses de R\$ 2.938,66.	R\$ 2.249,24	OK
		2. Fundo Único, referente aos meses de out/15 a mar/16, no valor de R\$ 3.373,86 que será parcelado em 6 meses de R\$ 562,31. <u>Está na 2/6</u>	R\$ 7.651,32	OK
SINDCEFET-PI	3. Repasse referente aos meses de jan a mar/16, no valor de R\$ 11.476,98, que será parcelado em 6 meses de R\$ 1.912,83. <u>Está na 2/6</u>			
		Compromete-se a pagar os valores em aberto referentes aos repasses de jun a dez/15, no valor de R\$ 11.142,60, em 20 parcelas de R\$ 557,13. <u>Está na 6/20</u>	R\$ 7.799,82	OK

NE2	ADUFPB	<p><b>1.</b> No 32º Congresso foi feito um novo acordo, somando os acordos anteriores e o débito do repasse e fundo, dos meses de mai a dez/12, totalizando R\$ 423.532,08, que será parcelado em 60 meses de R\$ 7.058,87. <u>Está na 27/60.</u></p> <p><b>2.</b> Compromete-se a pagar o valor de R\$ 6.097,78 referente ao Rateio do 35º Congresso, em 4 parcelas de R\$ 1.524,44. <u>Está na 1/4</u></p>	R\$ 232.942,59	Pendente
	ADUFEPE	Compromete-se a pagar o valor de R\$ 11.985,52 referente ao Rateio do 35º Congresso em 4 parcelas de R\$ 2.996,38. <u>Está na 3/4.</u>	R\$ 2.996,38	OK
	ADUPE	No 31º Congresso, foi feito um acordo referente a mensalidade e fundos pendentes de 2009 a 2011, no valor de R\$ 102.167,00, parcelado em 100 meses de R\$ 1.021,67.	R\$ 102.167,00	Pendente
	ADUFCG-PATOS	Foi realizado um novo acordo de parcelamento da dívida, referente aos meses de mai a out/12 e o restante do acordo anterior no valor de R\$ 3.982,80, totalizando R\$ 9.293,22, que foi parcelado em 12 meses de R\$ 774,43. <u>Está 2/12</u>	R\$ 7.744,36	Pendente
	SINDUNIVASF	Foi feito um novo acordo referente aos repasses em aberto dos anos de 2011 a 2014, totalizando o valor de R\$ 27.776,87, tendo um sinal de 50% do valor, restando R\$ 13.888,43 que será parcelado em 50 meses de R\$ 277,76. <u>Está na 1/50</u>	R\$ 13.610,67	Pendente
	ADUEPB	Foi realizado um novo acordo referente aos seguintes repasses: 145 parcelas de R\$ 3.244,75, repasse de 14 meses no valor de R\$ 126.000,00 e Fundo Único 17 meses no valor de R\$ 12.240,00, totalizando R\$ 608.728,75, que será parcelado em 338 meses de R\$ 1.801,00, iniciando em fevereiro/16. <u>Esta á 4/338</u>	R\$ 601.524,75	OK
NE3	ADUCSAL	Foi realizado um acordo de 30 parcelas de R\$ 419,11, referente aos repasses do mês de dezembro de 2007 e dos meses de janeiro a agosto de 2008 – incluindo fundos 2/30. Último pagamento dia 23/4/09.	R\$ 11.316,11	Pendente
	APUR	No 35º Congresso, foi realizado um acordo referente aos repasses em aberto de jul a nov/15 no valor total de R\$ 15.098,76, que será parcelado em 10 meses de R\$ 1.509,87. <u>Está na 3/10</u>	R\$ 10.569,15	OK
	ADUSC	Foi realizado um acordo referente aos repasses dos meses de set a dez/15 do Fundo Único e Mensalidade, totalizando R\$ 7.772,45 que será	R\$ 3.108,98	OK

		parcelado em 5 meses de R\$ 1.554,49, iniciando em janeiro/16. <u>Está na 3/5</u>		
PLANALTO	APUG	Foi realizado um novo acordo referente as 15 parcelas restante do acordo anterior, mais 3 meses em aberto de 2014, totalizando R\$ 10.793,74, que será parcelado em 25 meses de R\$ 431,74. Está 9/25	R\$ 6.908,08	OK
	ADUNB	Foi realizado um acordo referente às 20 semanas do Fundo Nacional de Greve no valor de R\$ 23.180,00 que será parcelado em 12 meses de R\$ 1.931,67, iniciando em fevereiro/16. <u>Está na 4/12</u>	R\$ 15.453,32	OK
PANTANAL	ADUFDOURADOS	Foi realizado um novo acordo referente aos seguintes repasses em aberto: Jun a dez/15 no valor de R\$ 4.200,00, Fundo Único, dos meses de abr a dez/15 no valor de R\$ 1.275,00, Fundo de Greve 13 semanas, no valor de R\$ 2.138,50 e acordo anterior com 19 parcelas restantes de R\$ 4.361,83, totalizando 11.975,33, que será parcelado em 12 meses de R\$ 997,94. <u>Está na 3/12</u>	R\$ 8.981,51	OK
RJ	ADCEFET-RJ	Parcelamento dos repasses em aberto de 2008 a 2011, no valor total de R\$ 209.171,70, que será parcelado em 36 meses de R\$ 5.810,33. Está na 29/36	R\$ 40.672,13	OK
	ASDUERJ	Foi realizado um novo acordo referente aos repasses em aberto no valor de R\$ 59.423,67, o Rateio do 33º Congresso no valor de R\$ 3.520,25 e três meses de repasse em aberto de 2014, no valor de R\$ 42.829,68, totalizando R\$ 105.773,55, que será parcelado em 59 meses de R\$ 1.792,77. Está na 10/59	R\$ 87.845,85	Pendente
SUL	SINDUFFS	Parcelamento do valor referente à contribuição da diretoria do ano de 2013 no valor de R\$ 1.850,24, que será parcelado em 6 meses de R\$ 308,37. Está na 3/6	R\$ 616,76	Pendente
	APRUDESC	Foi parcelado o valor de R\$ 50.000,00 referente ao Repasse Mensal, Fundo de solidariedade e Fundo Nacional de mobilização, em 72 meses de R\$ 694,44, iniciando em setembro/14. Está na 20/72	R\$ 33.333,44	OK